



N^o-584-

Oficio al of. N° 5-2-A/723.



M. 291.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA PARA
A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA NO CONTINENTE

TRATADO INTERAMERICANO
DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA
E
ATA FINAL

RIO DE JANEIRO

1947

TRATADO INTERAMERICANO
DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA

RIO DE JANEIRO
1947

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA

Em nome de seus Povos, os Governos representados na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança e,

Considerando :

Que a Resolução VIII da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, reunida na cidade do México, recomendou a celebração de um tratado destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América;

Que as Altas Partes Contratantes reiteram sua vontade de permanecer unidas dentro de um sistema interamericano compatível com os propósitos e princípios das Nações Unidas, e reafirmam a existência do acôrdo que celebraram sobre os assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais, que sejam suscetíveis de ação regional;

Que as Altas Partes Contratantes renovam sua adesão aos princípios de solidariedade e cooperação interamericanas e especialmente aos princípios enunciados nos considerandos e declarações do Ato de Chapultepec, todos os quais devem ser tidos por aceitos como normas de suas relações mútuas e como base jurídica do Sistema Interamericano;

Que, a fim de aperfeiçoar os processos de solução pacífica de suas controvérsias, pretendem celebrar o Tratado sobre "Sistema Interamericano de Paz", previsto nas Resoluções IX e XXXIX da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz;

Que a obrigação de auxílio mútuo e de defesa comum das Repúblicas Americanas se acha essencialmente ligada a seus ideais democráticos e à sua vontade de permanente cooperação para realizar os princípios e propósitos de uma política de paz;

Que a comunidade regional americana sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica é uma condição necessária para a segurança e a paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem-estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança,

Resolveram — de acôrdo com os objetivos enunciados — celebrar o seguinte Tratado, a fim de assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado Americano, e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles:

ARTIGO 1.º

As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e se obrigam, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da fôrça, de qualquer forma incompatível com as disposições da Carta das Nações Unidas ou do presente Tratado.

ARTIGO 2.º

Como consequência do princípio formulado no Artigo anterior, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a submeter tôda controvérsia, que entre elas surja, aos métodos de solução pacífica e a procurar resolvê-la entre si, mediante os processos vigentes no Sistema Interamericano, antes de a referir à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ARTIGO 3.º

1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

2. Por solicitação do Estado ou dos Estados diretamente atacados, e até decisão do órgão de consulta do Sistema Interamericano, cada uma das Partes Contratantes poderá determinar as medidas imediatas que adote individualmente, em cumprimento da obrigação de que trata o parágrafo precedente e de acôrdo com o princípio da solidariedade continental. O Órgão de Consulta reunir-se-á sem demora a fim de examinar essas medidas e combinar as de caráter coletivo que seja conveniente adotar.

3. O estipulado neste Artigo aplicar-se-á a todos os casos de ataque armado que se efetue dentro da região descrita no Artigo 4.º ou dentro do território de um Estado Americano. Quando o ataque se verificar fora das referidas áreas aplicar-se-á o estipulado no Artigo 6.º

4. Poderão ser aplicadas as medidas de legítima defesa de que trata êste Artigo, até que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais.

ARTIGO 4.º

A região a que se refere êste Tratado é a compreendida dentro dos seguintes limites: começando no Polo Norte; daí diretamente para o sul, até um ponto a 74 graus de latitude norte e 10 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 47 graus e 30 minutos de latitude norte e 50 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 35 graus de latitude norte e 60 graus de longitude oeste; daí diretamente para o sul até um ponto a 20 graus de latitude norte; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 5 graus de latitude norte e 24 graus de longitude oeste; daí diretamente para o sul até o Polo Sul; daí diretamente para o norte até um ponto a 30 graus de latitude sul e 90 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto no Equador a 97 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 15 graus de latitude norte e 120 graus de longitude oeste;

daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 50 graus de latitude norte e 170 graus de longitude leste; daí diretamente para o norte até um ponto a 54 graus de latitude norte; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 65 graus e 30 minutos de latitude norte e 168 graus 58 minutos e 5 segundos de longitude oeste; daí diretamente para o norte até o Polo Norte.

ARTIGO 5.º

As Altas Partes Contratantes enviarão imediatamente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, de conformidade com os Artigos 51 e 54 da Carta de São Francisco, informações completas sôbre as atividades desenvolvidas ou projetadas no exercício do direito de legítima defesa ou com o propósito de manter a paz e a segurança interamericanas.

ARTIGO 6.º

Se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano fôr atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extra-continental ou intra-continental, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no Continente.

ARTIGO 7.º

Em caso de conflito entre dois ou mais Estados Americanos, sem prejuízo do direito de legítima defesa, de conformidade com o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, as Altas Partes Contratantes reunidas em consulta instarão com os Estados em litígio para que suspendam as hostilidades e restaurem o *statu quo ante bellum*, e tomarão, além disso, tôdas as outras medidas necessárias para se restabelecer ou manter a paz e a segurança interamericanas, e para que o conflito seja resolvido por meios pacíficos. A recusa da ação pacificadora será levada em conta na determinação do agressor e na aplicação imediata das medidas que se acordarem na reunião de consulta.

ARTIGO 8.º

Para os efeitos dêste Tratado, as medidas que o órgão de consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura de relações diplomáticas; a ruptura de relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas, e o emprêgo de fôrças armadas.

ARTIGO 9.º

Além de outros atos que, em reunião de consulta, possam ser caracterizados como de agressão, serão considerados como tais:

a) O ataque armado, não provocado, por um Estado contra o território, a população ou as fôrças terrestres, navais ou aéreas de outro Estado;

b) A invasão, pela força armada de um Estado, do território de um Estado Americano, pela travessia das fronteiras demarcadas de conformidade com um tratado, sentença judicial ou laudo arbitral, ou, na falta de fronteiras assim demarcadas, a invasão que afete uma região que esteja sob a jurisdição efetiva de outro Estado.

ARTIGO 10

Nenhuma das estipulações dêste Tratado será interpretada no sentido de prejudicar os direitos e obrigações das Altas Partes Contratantes, de acôrdo com a Carta das Nações Unidas.

ARTIGO 11

As consultas a que se refere o presente Tratado serão realizadas mediante a Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas que tenham ratificado o Tratado, ou na forma ou pelo órgão que futuramente forem ajustados.

ARTIGO 12

O Conselho Diretor da União Panamericana poderá atuar provisòriamente como órgão de consulta, enquanto não se reunir o Órgão de Consulta a que se refere o Artigo anterior.

ARTIGO 13

As consultas serão promovidas mediante solicitação dirigida ao Conselho Diretor da União Panamericana por qualquer dos Estados signatários que hajam ratificado o Tratado.

ARTIGO 14

Nas votações a que se refere o presente Tratado sòmente poderão tomar parte os representantes dos Estados signatários que o tenham ratificado.

ARTIGO 15

O Conselho Diretor da União Panamericana atuará, em tudo o que concerne ao presente Tratado, como órgão de ligação entre os Estados signatários que o tenham ratificado e entre êstes e as Nações Unidas.

ARTIGO 16

As decisões do Conselho Diretor da União Panamericana a que aludem os artigos 13 e 15 serão adotadas por maioria absoluta dos Membros com direito a voto.

ARTIGO 17

O Órgão de Consulta adotará suas decisões pelo voto de dois terços dos Estados signatários que tenham ratificado o Tratado.

ARTIGO 18

Quando se tratar de uma situação ou disputa entre Estados Americanos, serão excluídas das votações a que se referem os dois Artigos anteriores as partes diretamente interessadas.

ARTIGO 19

Para constituir *quorum*, em tôdas as reuniões a que se referem os Artigos anteriores, se exigirá que o número dos Estados representados seja pelo menos igual ao número de votos necessários para adotar a respectiva decisão.

ARTIGO 20

As decisões que exijam a aplicação das medidas mencionadas no Artigo 8.º serão obrigatórias para todos os Estados signatários do presente Tratado que o tenham ratificado, com a única exceção de que nenhum Estado será obrigado a empregar a fôrça armada sem seu consentimento.

ARTIGO 21

As medidas que forem adotadas pelo Órgão de Consulta serão executadas mediante as normas e os órgãos atualmente existentes ou que futuramente venham a ser estabelecidos.

ARTIGO 22

Êste Tratado entrará em vigor, entre os Estados que o ratifiquem, logo que tenham sido depositadas as ratificações de dois terços dos Estados signatários.

ARTIGO 23

Êste Tratado fica aberto à assinatura dos Estados Americanos, na cidade do Rio de Janeiro, e será ratificado pelos Estados signatários com a máxima brevidade, de acôrdo com as respectivas normas constitucionais. As ratificações serão entregues para depósito à União Panamericana, a qual notificará cada depósito a todos os Estados signatários. Tal notificação será considerada como troca de ratificações.

ARTIGO 24

O presente Tratado será registado na Secretaria Geral das Nações Unidas, por intermédio da União Panamericana, desde que sejam depositadas as ratificações de dois terços dos Estados signatários.

ARTIGO 25

Êste Tratado terá duração indefinida, mas poderá ser denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes, mediante notificação escrita à União Panamericana, a qual comunicará a tôdas as outras Altas Partes Contratantes cada notificação de denúncia que receber. Transcorridos dois anos desde a data do recebimento, pela União Panamericana, de uma notificação de denúncia de qualquer das Altas Partes Contratantes, o presente Tratado cessará de produzir efeitos com relação a tal Estado, mas subsistirá para tôdas as demais Altas Partes Contratantes.

ARTIGO 26

Os princípios e as disposições fundamentais dêste Tratado serão incorporados ao Pacto Constitutivo do Sistema Interamericano.

Em testemunho do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, tendo depositado seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, assinam êste Tratado, em nome dos respectivos Governos, nas datas indicadas ao lado de suas assinaturas.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em quatro textos, respectivamente nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglêsa, aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e sete.

RESERVA DE HONDURAS:

A Delegação de Honduras, ao subscrever o presente Tratado e em relação ao Artigo 9.º, inciso b), declara fazê-lo com a reserva de que a fronteira estabelecida entre Honduras e Nicarágua está demarcada definitivamente pela Comissão Mista de Limites dos anos de mil novecentos e um, partindo de um ponto no Golfo de Fonseca, no Oceano Pacífico, ao Portillo de Teotecacinte e, dêste ponto ao Atlântico, pela linha estabelecida pela sentença arbitral de Sua Majestade o Rei de Espanha, em data de vinte e três de dezembro de mil novecentos e seis.

TRATADO INTERAMERICANO DE ASISTENCIA RECÍPROCA

En nombre de sus Pueblos, los Gobiernos representados en la Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente, animados por el deseo de consolidar y fortalecer sus relaciones de amistad y buena vecindad y,

Considerando :

Que la Resolución VIII de la Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz, reunida en la ciudad de México, recomendó la celebración de un tratado destinado a prevenir y reprimir las amenazas y los actos de agresión contra cualquiera de los países de América;

Que las Altas Partes Contratantes reiteran su voluntad de permanecer unidas dentro de un sistema interamericano compatible con los propósitos y principios de las Naciones Unidas y reafirman la existencia del acuerdo que tienen celebrado sobre los asuntos relativos al mantenimiento de la paz y la seguridad internacional que sean susceptibles de acción regional;

Que las Altas Partes Contratantes renuevan su adhesión a los principios de solidaridad y cooperación interamericanas y especialmente a los principios enunciados en los considerandos y declaraciones del Acta de Chapultepec, todos los cuales deben tenerse por aceptados como normas de sus relaciones mutuas y como base jurídica del Sistema Interamericano;

Que, a fin de perfeccionar los procedimientos de solución pacífica de sus controversias, se proponen celebrar el Tratado sobre "Sistema Interamericano de Paz", previsto en las Resoluciones IX y XXXIX de la Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz;

Que la obligación de mutua ayuda y de común defensa de las Repúblicas Americanas se halla esencialmente ligada a sus ideales democráticos y a su voluntad de permanente cooperación para realizar los principios y propósitos de una política de paz;

Que la comunidad regional americana afirma como verdad manifiesta que la organización jurídica es una condición necesaria para la seguridad y la paz y que la paz se funda en la justicia y en el orden moral y, por tanto, en el reconocimiento y la protección internacionales de los derechos y libertades de la persona humana, en el bienestar indispensable de los pueblos y en la efectividad de la democracia, para la realización internacional de la justicia y de la seguridad,

Han resuelto — de acuerdo con los objetivos enunciados — celebrar el siguiente Tratado a fin de asegurar la paz por todos los medios posibles, proveer ayuda recíproca efectiva para hacer frente a los ataques armados contra cualquier Estado Americano y conjurar las amenazas de agresión contra cualquiera de ellos :

ARTÍCULO 1.º

Las Altas Partes Contratantes condenan formalmente la guerra y se obligan en sus relaciones internacionales a no recurrir a la amenaza ni al uso de la fuerza en cualquier forma incompatible con las disposiciones de la Carta de las Naciones Unidas o del presente Tratado.

ARTÍCULO 2.º

Como consecuencia del principio formulado en el Artículo anterior, las Altas Partes Contratantes se comprometen a someter toda controversia que surja entre ellas a los métodos de solución pacífica y a tratar de resolverla entre sí, mediante los procedimientos vigentes en el Sistema Interamericano, antes de referirla a la Asamblea General o al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

ARTÍCULO 3.º

1. Las Altas Partes Contratantes convienen en que un ataque armado por parte de cualquier Estado contra un Estado Americano, será considerado como un ataque contra todos los Estados Americanos, y en consecuencia, cada una de dichas Partes Contratantes se compromete a ayudar a hacer frente al ataque, en ejercicio del derecho inmanente de legítima defensa individual o colectiva que reconoce el Artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas.

2. A solicitud del Estado o Estados directamente atacados, y hasta la decisión del Órgano de Consulta del Sistema Interamericano, cada una de las Partes Contratantes podrá determinar las medidas inmediatas que adopte individualmente, en cumplimiento de la obligación de que trata el párrafo precedente y de acuerdo con el principio de la solidaridad continental. El Órgano de Consulta se reunirá sin demora con el fin de examinar esas medidas y acordar las de carácter colectivo que convenga adoptar.

3. Lo estipulado en este Artículo se aplicará en todos los casos de ataque armado que se efectúe dentro de la región descrita en el Artículo 4.º o dentro del territorio de un Estado Americano. Cuando el ataque se efectúe fuera de dichas áreas se aplicará lo estipulado en el Artículo 6.º.

4. Podrán aplicarse las medidas de legítima defensa de que trata este Artículo en tanto el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas no haya tomado las medidas necesarias para mantener la paz y la seguridad internacionales.

ARTÍCULO 4.º

La región a que se refiere este Tratado es la comprendida dentro de los siguientes límites: comenzando en el Polo Norte; desde allí directamente hacia el sur hasta un punto a 74 grados latitud norte, 10 grados longitud oeste; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto a 47 grados 30 minutos latitud norte, 50 grados longitud oeste; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto a 35 grados latitud norte, 60 grados longitud oeste; desde allí directamente al sur hasta un punto a 20 grados latitud norte; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto a 5 grados latitud norte, 24 grados longitud oeste; desde allí directamente al sur hasta el Polo Sur; desde allí directamente hacia el norte hasta un punto a 30 grados latitud sur, 90 grados longitud oeste; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto en el Ecuador a 97 grados longitud oeste; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto a 15 grados latitud norte,

120 grados longitud oeste; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto a 50 grados latitud norte, 170 grados longitud este; desde allí directamente hacia el norte hasta un punto a 54 grados latitud norte; desde allí por una línea loxodrómica hasta un punto a 65 grados 30 minutos latitud norte, 168 grados 58 minutos 5 segundos longitud oeste; desde allí directamente hacia el norte hasta el Polo Norte.

ARTÍCULO 5.º

Las Altas Partes Contratantes enviarán inmediatamente al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, de conformidad con los Artículos 51 y 54 de la Carta de San Francisco, información completa sobre las actividades desarrolladas o proyectadas en ejercicio del derecho de legítima defensa o con el propósito de mantener la paz y la seguridad interamericanas.

ARTÍCULO 6.º

Si la inviolabilidad o la integridad del territorio o la soberanía o la independencia política de cualquier Estado Americano fueren afectadas por una agresión que no sea ataque armado, o por un conflicto extracontinental o intracontinental, e por cualquier otro hecho o situación que pueda poner en peligro la paz de América, el Órgano de Consulta se reunirá inmediatamente, a fin de acordar las medidas que en caso de agresión se deben tomar en ayuda del agredido o en todo caso las que convenga tomar para la defensa común y para el mantenimiento de la paz y la seguridad del Continente.

ARTÍCULO 7.º

En caso de conflicto entre dos o más Estados Americanos, sin perjuicio del derecho de legítima defensa, de conformidad con el Artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas, las Altas Partes Contratantes reunidas en consulta instarán a los Estados contendientes a suspender las hostilidades y a restablecer las cosas al *statu quo ante bellum* y tomarán, además, todas las otras medidas necesarias para restablecer o mantener la paz y la seguridad interamericanas, y para la solución del conflicto por medios pacíficos. El rechazo de la acción pacificadora será considerado para la determinación del agresor y la aplicación inmediata de las medidas que se acuerden en la reunión de consulta.

ARTÍCULO 8.º

Para los efectos de este Tratado, las medidas que el Órgano de Consulta acuerde comprenderán una o más de las siguientes: el retiro de los jefes de misión; la ruptura de las relaciones diplomáticas; la ruptura de las relaciones consulares; la interrupción parcial o total de las relaciones económicas, o de las comunicaciones ferroviarias, marítimas, aéreas, postales, telegráficas, telefónicas, radiotelefónicas o radiotelegráficas, y el empleo de la fuerza armada.

ARTÍCULO 9.º

Además de otros actos que en reunión de consulta puedan caracterizarse como de agresión, serán considerados como tales:

a) El ataque armado, no provocado, por un Estado, contra el territorio, la población o las fuerzas terrestres, navales o aéreas de otro Estado;

b) La invasión, por la fuerza armada de un Estado, del territorio de un Estado Americano, mediante el traspaso de las fronteras demarcadas de conformidad con un tratado, sentencia judicial, o laudo arbitral, o, a falta de fronteras así demarcadas, la invasión que afecte una región que esté bajo la jurisdicción efectiva de otro Estado.

ARTÍCULO 10

Ninguna de las estipulaciones de este Tratado se interpretará en el sentido de menoscabar los derechos y obligaciones de las Altas Partes Contratantes de acuerdo con la Carta de las Naciones Unidas.

ARTÍCULO 11

Las consultas a que se refiere el presente Tratado se realizarán por medio de la Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas que lo hayan ratificado, o en la forma o por el órgano que en lo futuro se acordare.

ARTÍCULO 12

El Consejo Directivo de la Unión Panamericana podrá actuar provisionalmente como órgano de consulta, en tanto no se reuna el Órgano de Consulta a que se refiere el Artículo anterior.

ARTÍCULO 13

Las consultas serán promovidas mediante solicitud dirigida al Consejo Directivo de la Unión Panamericana por cualquiera de los Estados signatarios que haya ratificado el Tratado.

ARTÍCULO 14

En las votaciones a que se refiere el presente Tratado sólo podrán tomar parte los representantes de los Estados signatarios que lo hayan ratificado.

ARTÍCULO 15

El Consejo Directivo de la Unión Panamericana actuará en todo lo concerniente al presente Tratado como órgano de enlace entre los Estados signatarios que lo hayan ratificado y entre éstos y las Naciones Unidas.

ARTÍCULO 16

Los acuerdos del Consejo Directivo de la Unión Panamericana a que se refieren los Artículos 13 y 15 se adoptarán por mayoría absoluta de los Miembros con derecho a voto.

ARTÍCULO 17

El Órgano de Consulta adoptará sus decisiones por el voto de los dos tercios de los Estados signatarios que hayan ratificado el Tratado.

ARTÍCULO 18

Cuando se trate de una situación o disputa entre Estados Americanos serán excluidas de las votaciones a que se refieren los dos Artículos anteriores las partes directamente interesadas.

ARTÍCULO 19

Para constituir *quorum* en todas las reuniones a que se refieren los Artículos anteriores se exigirá que el número de los Estados representados sea por lo menos igual al número de votos necesarios para adoptar la respectiva decisión.

ARTÍCULO 20

Las decisiones que exijan la aplicación de las medidas mencionadas en el Artículo 8.º serán obligatorias para todos los Estados signatarios del presente Tratado que lo hayan ratificado, con la sólo excepción de que ningún Estado estará obligado a emplear la fuerza armada sin su consentimiento.

ARTÍCULO 21

Las medidas que acuerde el Órgano de Consulta se ejecutarán mediante los procedimientos y órganos existentes en la actualidad o que en adelante se establecieren.

ARTÍCULO 22

Este Tratado entrará en vigor entre los Estados que lo ratifiquen tan pronto como hayan sido depositadas las ratificaciones de las dos terceras partes de los Estados signatarios.

ARTÍCULO 23

Este Tratado queda abierto a la firma de los Estados Americanos, en la ciudad de Río de Janeiro y será ratificado por los Estados signatarios a la mayor brevedad, de acuerdo con sus respectivos procedimientos constitucionales. Las ratificaciones serán entregadas para su depósito a la Unión Panamericana, la cual notificará cada depósito a todos los Estados signatarios. Dicha notificación se considerará como un canje de ratificaciones.

ARTÍCULO 24

El presente Tratado será registrado en la Secretaría General de las Naciones Unidas por medio de la Unión Panamericana, al ser depositadas las ratificaciones de las dos terceras partes de los Estados signatarios

ARTÍCULO 25

Este Tratado regirá indefinidamente pero podrá ser denunciado por cualquiera de las Altas Partes Contratantes mediante la notificación escrita a la Unión Panamericana, la cual comuni-

cará a todas las otras Altas Partes Contratantes cada una de las notificaciones de denuncia que reciba. Transcurridos dos años a partir de la fecha en que la Unión Panamericana reciba una notificación de denuncia de cualquiera de las Altas Partes Contratantes, el presente Tratado cesará en sus efectos respecto a dicho Estado, quedando subsistente para todas las demás Altas Partes Contratantes.

ARTÍCULO 26

Los principios y las disposiciones fundamentales de este Tratado serán incorporados en el Pacto Constitutivo del Sistema Interamericano.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios que suscriben, habiendo depositado sus plenos poderes, que fueron hallados en buena y debida forma, firman este Tratado, en nombre de sus respectivos Gobiernos, en las fechas que aparecen al pie de sus firmas.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro, en cuatro textos, respectivamente en las lenguas española, francesa, inglesa y portuguesa, a los dos dias del mes de Septiembre de mil novecientos cuarenta y siete.

RESERVA DE HONDURAS :

La Delegación de Honduras, al suscribir el presente Tratado y en relación con el Artículo 9º, inciso b), lo hace con la reserva de que la frontera establecida entre Honduras y Nicaragua está demarcada definitivamente por la Comisión Mixta de Límites de los años de mil novecientos y mil novecientos uno, partiendo de un punto en el Golfo de Fonseca, en el Océano Pacífico, al Portillo de Teotecacinte, y, de este punto al Atlántico, por la línea que establece el fallo arbitral de Su Majestad el Rey de España, de fecha veintitres de Diciembre de mil novecientos seis.

TRAITÉ INTERAMÉRICAIN D'ASSISTANCE MUTUELLE

Au nom de leurs Peuples, les Gouvernements représentés à la Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité du Continent animés du désir de consolider et de renforcer leurs relations d'amitié et de bon voisinage et,

Considérant :

Que la Résolution VIII de la Conférence Interaméricaine sur les Problèmes de la Guerre et de la Paix, tenue à Mexico, recommanda la conclusion d'un traité destiné à prévenir et réprimer les menaces et les actes d'agression contre tout pays d'Amérique;

Que les Hautes Parties Contractantes réaffirment leur volonté de se maintenir unies dans le cadre d'un système interaméricain, compatible avec les buts et les principes des Nations Unies, et réaffirment l'existence de l'accord qu'elles ont conclu, concernant les sujets relatifs au maintien de la paix et de la sécurité internationales, qui soient susceptibles d'une action régionale;

Que les Hautes Parties Contractantes renouvellent leur adhésion aux principes de solidarité et de coopération interaméricaines et spécialement aux principes énoncés dans les considérants et les déclarations de l'Acte de Chapultepec, lesquels doivent être tous tenus pour acceptés comme normes de leurs relations mutuelles, et comme base juridique du système interaméricain;

Qu'afin de perfectionner la procédure pour la solution pacifique de leurs controverses, elles se proposent de conclure le Traité sur le "Système Interaméricain de Paix", prévu dans les Résolutions IX et XXXIX de la Conférence Interaméricaine sur les Problèmes de la Guerre et de la Paix;

Que l'obligation d'assistance mutuelle et de défense commune des Républiques Américaines est étroitement liée à leurs idéaux démocratiques et à leur volonté de coopération permanente, en vue de mettre en pratique les principes d'une politique de paix et d'en réaliser les buts;

Que la communauté régionale américaine affirme comme une vérité manifeste, que l'organisation juridique est une condition nécessaire à la sécurité et à la paix, que la paix se base sur la justice et sur l'ordre moral et repose, en conséquence, sur la reconnaissance et la protection internationales des droits et des libertés de la personne humaine, sur le bien-être indispensable des peuples et sur la réalité de la démocratie pour la réalisation internationale de la justice et de la sécurité;

Ont décidé — en conformité des buts énoncés — de conclure le suivant Traité, afin d'assurer la paix par tous les moyens adéquats, de pourvoir à une aide réciproque effective pour faire face aux attaques armées contre quelque Etat Américain, et de conjurer les menaces d'agression contre n'importe lequel d'entre eux:

ARTICLE 1

Les Hautes Parties Contractantes condamnent formellement la guerre et s'engagent, dans leurs relations internationales, à ne pas recourir à la menace ou à l'emploi de la force, dans une forme qui ne soit pas compatible avec les dispositions de la Charte des Nations Unies ou du présent Traité.

ARTICLE 2

En conséquence du principe formulé à l'Article antérieur, les Hautes Parties Contractantes s'engagent à soumettre toute controverse qui surgirait entre elles aux méthodes de solution pacifique, et s'engagent à essayer de la résoudre entre elles, moyennant la procédure en vigueur dans le Système Interaméricain, avant de la soumettre à l'Assemblée Générale ou au Conseil de Sécurité des Nations Unies.

ARTICLE 3

1. Les Hautes Parties Contractantes conviennent qu'une attaque armée provenant de quelque État contre un État Américain sera considérée comme une attaque contre tous les États Américains; en conséquence, chacune des dites Parties Contractantes s'engage à aider à faire face à l'attaque, en exercice du droit immanent de légitime défense individuelle ou collective que reconnaît l'Article 51 de la Charte des Nations Unies.

2. À la demande de l'État ou des États directement attaqués, et jusqu'à la décision de l'Organe de Consultation du Système Interaméricain, chaque Partie Contractante pourra déterminer les mesures immédiates qu'elle adoptera individuellement, en accomplissement de l'obligation dont fait mention le paragraphe précédent et conformément au principe de solidarité continentale. L'Organe de Consultation se réunira sans délai, dans le but d'examiner ces mesures et de déterminer celles de caractère collectif qu'il convient d'adopter.

3. Les stipulations contenues dans cet Article s'appliqueront à tous les cas d'attaque armée qui s'effectuent à l'intérieur de la région décrite dans l'Article 4, ou à l'intérieur du territoire d'un État Américain. Si l'attaque s'effectue en dehors des dites aires, s'appliquera ce qui est stipulé dans l'Article 6.

4. Les mesures de légitime défense, mentionnées dans cet Article, pourront s'appliquer jusqu'à ce que le Conseil de Sécurité des Nations Unies ait pris les mesures nécessaires au maintien de la paix et de la sécurité internationales.

ARTICLE 4

La région à laquelle se réfère ce Traité est celle comprise à l'intérieur des limites suivantes: commençant au Pôle Nord; à partir de là, directement vers le sud, jusqu'à un point à 74° latitude nord, 10° longitude ouest; de là par une ligne loxodromique jusqu'à un point à 47° 30' latitude nord, 50° longitude ouest; de là, par une ligne loxodromique jusqu'à un point à 35° latitude nord, 60° longitude ouest; de là directement au sud jusqu'à un point à 20° latitude nord; de là par une ligne loxodromique jusqu'à un point à 5° latitude nord; 24° longitude ouest; de là directement au sud jusqu'au Pôle Sud; de là directement vers le nord jusqu'à un point à 30° latitude sud, 90° longitude ouest; de là par une ligne loxodromique jusqu'à un point à l'Équateur à 97° longitude ouest; de là par une ligne loxodromique jusqu'à un point à 15° latitude nord, 120° lon-

gitude ouest; de là par une ligne loxodromique jusqu'à un point à 50° latitude nord, 170° longitude est; de là directement vers le nord jusqu'à un point à 54° latitude nord; de là par une ligne loxodromique jusqu'à un point à 65° 30' latitude nord, 168° 58' 5" longitude ouest; de là, directement vers le nord jusqu'au Pôle Nord.

ARTICLE 5

Les Hautes Parties Contractantes adresseront immédiatement au Conseil de Sécurité des Nations Unies, conformément aux Articles 51 et 54 de la Charte de San Francisco, un rapport complet sur les activités entreprises ou projetées, en exercice du droit de légitime défense, et dans le but de maintenir la paix et la sécurité interaméricaines.

ARTICLE 6

Si l'inviolabilité ou l'intégrité du territoire, la souveraineté ou l'indépendance politique de quelque État Américain, étaient affectées par une agression qui ne soit pas une attaque armée ou par un conflit extracontinental ou intracontinental, ou par quelque autre fait ou situation susceptible de mettre en péril la paix de l'Amérique, l'Organe de Consultation se réunira, immédiatement, afin de décider des mesures qui, en cas d'agression, doivent être prises pour venir en aide à la victime de l'agression, ou en tout cas, celles qu'il convient de prendre pour la défense commune, et pour le maintien de la paix et de la sécurité continentales.

ARTICLE 7

En cas de conflit entre deux ou plusieurs États Américains, sans préjudice du droit de légitime défense, conformément à l'Article 51 de la Charte des Nations Unies, les Hautes Parties Contractantes réunies en consultation, exhorteront les États belligérants à suspendre les hostilités et à revenir au *statu quo ante bellum*; elles prendront, en outre, toutes mesures nécessaires au rétablissement ou au maintien de la paix et de la sécurité interaméricaines, et à la solution du conflit par des moyens pacifiques. Le refus de l'action pacificatrice sera considéré pour la détermination de l'agresseur et l'application immédiate des mesures établies par la réunion de consultation.

ARTICLE 8

Pour les effets de ce Traité, l'Organe de Consultation pourra établir l'une ou plusieurs des mesures suivantes: le retrait des chefs de mission; la rupture des relations diplomatiques; la rupture des relations consulaires; l'interruption partielle ou totale des relations économiques, ou des communications ferroviaires, maritimes, aériennes, postales, télégraphiques, téléphoniques, radio-téléphoniques ou radio-télégraphiques, et l'emploi de la force armée.

ARTICLE 9

En plus des autres actes qui, en une réunion de consultation, pourraient être caractérisés comme actes d'agression, seront considérés comme tels:

a) L'attaque armée, non provoquée, par un État, contre le territoire, la population ou les forces terrestres, navales ou aériennes d'un autre État;

b) L'invasion, par la force armée d'un État, du territoire d'un Etat Americain, moyennant la transgression des frontières délimitées, conformément à un traité, à une sentence judiciaire, ou à une décision arbitrale, ou, à défaut de frontières ainsi délimitées, l'invasion affectant une région sujette à la juridiction effective d'un autre État.

ARTICLE 10

Aucune des stipulations de ce Traité ne sera interprétée de manière à amoindrir les droits et les devoirs des autres Parties Contractantes, conformément à la Charte des Nations Unies.

ARTICLE 11

Les consultations auxquelles se réfère le présent Traité seront réalisées moyennant la Réunion des Ministres des Affaires Etrangères des Républiques Américaines qui l'auront ratifié, ou dans la forme ou par l'organe qui pourrait être établi à l'avenir.

ARTICLE 12

Le Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine pourra fonctionner provisoirement comme organe de consultation, jusqu'à ce que se réalise la réunion de l'Organe de Consultation à laquelle se réfère l'Article précédent.

ARTICLE 13

Les consultations seront faites moyennant une requête adressée au Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine par l'un quelconque des États signataires qui auront ratifié le Traité.

ARTICLE 14

Dans les votations auxquelles se réfère le présent Traité, seuls pourront prendre part les représentants des États signataires qui l'auront ratifié.

ARTICLE 15

Le Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine fonctionnera, pour tout ce qui concerne le présent Traité, comme organe de liaison entre les États signataires qui l'auront ratifié et entre ceux-ci et les Nations Unies.

ARTICLE 16

Les décisions du Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine, auxquelles se réfèrent les Articles 13 et 15 seront prises à la majorité absolue des Membres ayant droit au vote.

ARTICLE 17

L'Organe de Consultation adoptera ses décisions moyennant le vote des deux tiers des États signataires qui auront ratifié le Traité.

ARTICLE 18

Lorsqu'il s'agit d'une situation ou d'un différend entre États Américains, seront exclues des votations auxquelles se réfèrent les deux Articles antérieurs les parties directement intéressées.

ARTICLE 19

Pour former le *quorum*, dans toutes les réunions auxquelles se réfèrent les Articles précédents, il faudra que le nombre des États représentés soit au moins égal à celui des votes nécessaires pour adopter la décision en question.

ARTICLE 20

Les décisions, qui requièrent l'application des mesures mentionnées à l'Article 8, seront obligatoires pour tous les États signataires du présent Traité qui l'auront ratifié, avec l'unique exception qu'aucun État ne sera obligé d'employer la force armée sans son consentement.

ARTICLE 21

Les mesures qu'adopte l'Organe de Consultation seront exécutées moyennant la procédure et les organes actuellement existants ou qui seront établis.

ARTICLE 22

Ce Traité entrera en vigueur, entre les États qui le ratifient, aussitôt qu'auront été déposés les instruments de ratification des deux tiers des États signataires.

ARTICLE 23

Ce Traité est ouvert à la signature des États Américains, dans la ville de Rio de Janeiro, et sera ratifié par les États signataires, aussitôt que possible, conformément à leurs procédures constitutionnelles respectives. Les instruments de ratification seront remis, pour leur dépôt, à l'Union Panaméricaine, laquelle, pour chaque cas, en donnera avis à tous les États signataires. Une telle notification sera considérée comme un échange de ratifications.

ARTICLE 24

Le présent Traité sera enregistré au Secrétariat Général des Nations Unies, par l'intermédiaire de l'Union Panaméricaine, lorsqu'auront été déposés les instruments de ratification des deux tiers des États signataires.

ARTICLE 25

Ce Traité restera en vigueur indéfiniment, mais pourra être dénoncé par l'une des Hautes Parties Contractantes, moyennant notification écrite à l'Union Panaméricaine, laquelle communiquera aux autres Parties Contractantes chacune des notifications de dénonciation qu'elle aura reçues.

Deux ans après la date à laquelle l'Union Panaméricaine aura reçu une notification de dénonciation de l'une des Hautes Parties Contractantes, le présent Traité cessera de sortir ses effets en ce qui concerne ledit Etat, mais restera en vigueur pour les autres Parties Contractantes.

ARTICLE 26

Les principes et les dispositions fondamentales de ce Traité seront insérés dans le Pacte Constitutif du Système Interaméricain.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires sous-signés, ayant présenté leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, signent ce Traité, au nom de leurs Gouvernements respectifs, aux dates apparaissant à côté de leurs signatures. Fait à la ville de Rio de Janeiro, en quatre textes, respectivement en français, anglais, espagnol et portugais, le deux septembre mil neuf cent quarante sept.

RÉSERVE DE HONDURAS :

La Délégation de Honduras, en signant le présent Traité, et en se référant à l'Article 9, paragraphe b), le fait avec la réserve suivante, savoir: la frontière établie entre le Honduras et Nicaragua est délimitée définitivement par la Commission Mixte des Frontières des années mil neuf cent et mil neuf cent un, partant d'un point dans le Golfe de Fonseca, dans l'Océan Pacifique, jusqu'à Portillo de Teotecacinte, et, de ce point, jusqu'à l'Atlantique, par la ligne qu'établit la sentence arbitrale de Sa Majesté le Roi d'Espagne, le vingt trois décembre mil neuf cent six.

INTER-AMERICAN TREATY OF RECIPROCAL ASSISTANCE

In the name of their Peoples, the Governments represented at the Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security, desirous of consolidating and strengthening their relations of friendship and good neighborliness, and

Considering :

That Resolution VIII of the Inter-American Conference on Problems of War and Peace, which met in Mexico City, recommended the conclusion of a treaty to prevent and repel threats and acts of aggression against any of the countries of America;

That the High Contracting Parties reiterate their will to remain united in an inter-American system consistent with the purposes and principles of the United Nations, and reaffirm the existence of the agreement which they have concluded concerning those matters relating to the maintenance of international peace and security which are appropriate for regional action;

That the High Contracting Parties reaffirm their adherence to the principles of inter-American solidarity and cooperation, and especially to those set forth in the preamble and declarations of the Act of Chapultepec, all of which should be understood to be accepted as standards of their mutual relations and as the juridical basis of the Inter-American System;

That the American States propose, in order to improve the procedures for the pacific settlement of their controversies, to conclude the treaty concerning the "Inter-American Peace System" envisaged in Resolutions IX and XXXIX of the Inter-American Conference on Problems of War and Peace,

That the obligation of mutual assistance and common defense of the American Republics is essentially related to their democratic ideals and to their will to cooperate permanently in the fulfillment of the principles and purposes of a policy of peace;

That the American regional community affirms as a manifest truth that juridical organization is a necessary prerequisite of security and peace, and that peace is founded on justice and moral order and, consequently, on the international recognition and protection of human rights and freedoms, on the indispensable well-being of the people, and on the effectiveness of democracy for the international realization of justice and security,

Have resolved, in conformity with the objectives stated above, to conclude the following Treaty, in order to assure peace, through adequate means, to provide for effective reciprocal assistance to meet armed attacks against any American State, and in order to deal with threats of aggression against any of them:

ARTICLE 1

The High Contracting Parties formally condemn war and undertake in their international relations not to resort to the threat or the use of force in any manner inconsistent with the provisions of the Charter of the United Nations or of this Treaty.

ARTICLE 2

As a consequence of the principle set forth in the preceding Article, the High Contracting Parties undertake to submit every controversy which may arise between them to methods of peaceful settlement and to endeavor to settle any such controversy among themselves by means of the procedures in force in the Inter-American System before referring it to the General Assembly or the Security Council of the United Nations.

ARTICLE 3

1. The High Contracting Parties agree that an armed attack by any State against an American State shall be considered as an attack against all the American States and, consequently, each one of the said Contracting Parties undertakes to assist in meeting the attack in the exercise of the inherent right of individual or collective self-defense recognized by Article 51 of the Charter of the United Nations.

2. On the request of the State or States directly attacked and until the decision of the Organ of Consultation of the Inter-American System, each one of the Contracting Parties may determine the immediate measures which it may individually take in fulfillment of the obligation contained in the preceding paragraph and in accordance with the principle of continental solidarity. The Organ of Consultation shall meet without delay for the purpose of examining those measures and agreeing upon the measures of a collective character that should be taken.

3. The provisions of this Article shall be applied in case of any armed attack which takes place within the region described in Article 4 or within the territory of an American State. When the attack takes place outside of the said areas, the provisions of Article 6 shall be applied.

4. Measures of self-defense provided for under this Article may be taken until the Security Council of the United Nations has taken the measures necessary to maintain international peace and security.

ARTICLE 4

The region to which this Treaty refers is bounded as follows: beginning at the North Pole; thence due south to a point 74 degrees north latitude, 10 degrees west longitude; thence by a rhumb line to a point 47 degrees 30 minutes north latitude, 50 degrees west longitude; thence by a rhumb line to a point 35 degrees north latitude, 60 degrees west longitude; thence due south to a point in 20 degrees north latitude; thence by a rhumb line to a point 5 degrees north latitude, 24 degrees west longitude; thence due south to the South Pole; thence due north to a point 30 degrees south latitude, 90 degrees west longitude; thence by a rhumb line to a point on the Equator at 97 degrees west longitude; thence by a rhumb line to a point 15 degrees north latitude, 120 degrees west longitude; thence by a rhumb line to a point 50 degrees north latitude, 170 degrees east longitude; thence due north to a point in 54 degrees north latitude; thence by a rhumb line to a point 65 degrees 30 minutes north latitude, 168 degrees 58 minutes 5 seconds west longitude; thence due north to the North Pole.

ARTICLE 5

The High Contracting Parties shall immediately send to the Security Council of the United Nations, in conformity with Articles 51 and 54 of the Charter of the United Nations, complete information concerning the activities undertaken or in contemplation in the exercise of the right of self-defense or for the purpose of maintaining inter-American peace and security.

ARTICLE 6

If the inviolability or the integrity of the territory or the sovereignty or political independence of any American State should be affected by an aggression which is not an armed attack or by an extra-continental or intra-continental conflict, or by any other fact or situation that might endanger the peace of America, the Organ of Consultation shall meet immediately in order to agree on the measures which must be taken in case of aggression to assist the victim of the aggression or, in any case, the measures which should be taken for the common defense and for the maintenance of the peace and security of the Continent.

ARTICLE 7

In the case of a conflict between two or more American States, without prejudice to the right of self-defense in conformity with Article 51 of the Charter of the United Nations, the High Contracting Parties, meeting in consultation shall call upon the contending States to suspend hostilities and restore matters to the *statu quo ante bellum*, and shall take in addition all other necessary measures to reestablish or maintain inter-American peace and security and for the solution of the conflict by peaceful means. The rejection of the pacifying action will be considered in the determination of the aggressor and in the application of the measures which the consultative meeting may agree upon.

ARTICLE 8

For the purposes of this Treaty, the measures on which the Organ of Consultation may agree will comprise one or more of the following: recall of chiefs of diplomatic missions; breaking of diplomatic relations; breaking of consular relations; partial or complete interruption of economic relations or of rail, sea, air, postal, telegraphic, telephonic, and radiotelephonic or radiotelegraphic communications; and use of armed force.

ARTICLE 9

In addition to other acts which the Organ of Consultation may characterize as aggression, the following shall be considered as such:

a. Unprovoked armed attack by a State against the territory, the people, or the land, sea or air forces of another State;

b. Invasion, by the armed forces of a State, of the territory of an American State, through the trespassing of boundaries demarcated in accordance with a treaty, judicial decision, or arbitral award, or, in the absence of frontiers thus demarcated, invasion affecting a region which is under the effective jurisdiction of another State.

ARTICLE 10

None of the provisions of this Treaty shall be construed as impairing the rights and obligations of the High Contracting Parties under the Charter of the United Nations.

ARTICLE 11

The consultations to which this Treaty refers shall be carried out by means of the Meetings of Ministers of Foreign Affairs of the American Republics which have ratified the Treaty, or in the manner or by the organ which in the future may be agreed upon.

ARTICLE 12

The Governing Board of the Pan American Union may act provisionally as an organ of consultation until the meeting of the Organ of Consultation referred to in the preceding Article takes place.

ARTICLE 13

The consultations shall be initiated at the request addressed to the Governing Board of the Pan American Union by any of the Signatory States which has ratified the Treaty.

ARTICLE 14

In the voting referred to in this Treaty only the representatives of the Signatory States which have ratified the Treaty may take part.

ARTICLE 15

The Governing Board of the Pan American Union shall act in all matters concerning this Treaty as an organ of liaison among the Signatory States which have ratified this Treaty and between these States and the United Nations.

ARTICLE 16

The decisions of the Governing Board of the Pan American Union referred to in Articles 13 and 15 above shall be taken by an absolute majority of the Members entitled to vote.

ARTICLE 17

The Organ of Consultation shall take its decisions by a vote of two-thirds of the Signatory States which have ratified the Treaty.

ARTICLE 18

In the case of a situation or dispute between American States, the parties directly interested shall be excluded from the voting referred to in two preceding Articles.

ARTICLE 19

To constitute a quorum in all the meetings referred to in the previous Articles, it shall be necessary that the number of States represented shall be at least equal to the number of votes necessary for the taking of the decision.

ARTICLE 20

Decisions which require the application of the measures specified in Article 8 shall be binding upon all the Signatory States which have ratified this Treaty, with the sole exception that no State shall be required to use armed force without its consent.

ARTICLE 21

The measures agreed upon by the Organ of Consultation shall be executed through the procedures and agencies now existing or those which may in the future be established.

ARTICLE 22

This Treaty shall come into effect between the States which ratify it as soon as the ratifications of two-thirds of the Signatory States have been deposited.

ARTICLE 23

This Treaty is open for signature by the American States at the city of Rio de Janeiro, and shall be ratified by the Signatory States as soon as possible in accordance with their respective constitutional processes. The ratifications shall be deposited with the Pan American Union, which shall notify the Signatory States of each deposit. Such notification shall be considered as an exchange of ratifications.

ARTICLE 24

The present Treaty shall be registered with the Secretariat of the United Nations through the Pan American Union, when two-thirds of the Signatory States have deposited their ratifications.

ARTICLE 25

This Treaty shall remain in force indefinitely, but may be denounced by any High Contracting Party by a notification in writing to the Pan American Union, which shall inform all the other High Contracting Parties of each notification of denunciation received. After the expiration of two years from the date of the receipt by the Pan American Union of a notification of denunciation by any High Contracting Party, the present Treaty shall cease to be in force and with respect to such State, but shall remain in full force and effect with respect to all the other High Contracting Parties.

ARTICLE 26

The principles and fundamental provisions of this Treaty shall be incorporated in the Organic Pact of the Inter-American System

In witness whereof, the undersigned Plenipotentiaries, having deposited their full powers found to be in due and proper form, sign this Treaty on behalf of their respective Governments, on the dates appearing opposite their signatures.

Done in the city of Rio de Janeiro, in four texts respectively in the English, French, Portuguese and Spanish languages, on the second of September nineteen hundred forty-seven.

RESERVATION OF HONDURAS :

The Delegation of Honduras, in signing the present Treaty and in connection with Article 9, section (b), does so with the reservation that the boundary between Honduras and Nicaragua is definitively demarcated by the Joint Boundary Commission of nineteen hundred and nineteen hundred and one, starting from a point in the Gulf of Fonseca, in the Pacific Ocean, to Portillo de Teotecacinte and, from this point to the Atlantic, by the line that His Majesty the King of Spain's arbitral award established on the twenty third of December of nineteen hundred and six.

POR LA REPUBLICA DOMINICANA:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Felix M. Estro

R. P. - M. M. M.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Rodrigo Serrano
[Handwritten signature]

2 de Setiembre de 1947.

POR GUATEMALA:

J. Guzmán

Y Gómez

[Signature]

Francisco

M. J. Guzmán

2 de Septiembre de 1947

POR COSTA RICA:

Luis Anderson

Maximiliano

2 de Septiembre de 1947

POR PERU:

Rafael Sagie
M. A. Selunde ~~*M. A. Selunde*~~

Guillermo A. Soto

H. B. Reid

2 de Setiembre de 1947.

POR EL SALVADOR:

Ernesto A. Niño
D. A. Espino
M. A. Espino *L. Miquens*

2 de Setiembre de 1947.

POR PANAMÁ:

R. P. depara
Justicia

2 de Setiembre de 1947.

POR PARAGUAY

Federico Arce
D. S. de para
Justicia
R. P. de
Justicia

2 de Setiembre de 1947.

POR VENEZUELA:

Carlos Ribabey

Alfonso Escobar y Rafael Mesa

E. Araya Lameda

Eduardo Rojas,

Santiago Saiz

H. Stank

L. F. Alvarez

Rafael Gómez

2 de setiembre de 1947.

POR CHILE:

Américo Vespucio

Rafael Carrizosa

Américo Vespucio

Américo Vespucio

Américo Vespucio

2 de setiembre de 1947.

POR HONDURAS

Julian R. Gacera

Ampl. NA man by
M. A. B. B. B.

2 de Septiembre de 1947

POR CUBA.

Amo Bell
Gas Land

2 de Septiembre de 1947

POR BOLIVIA:

Luís Prud' Hall

José Gil

Donat Whittegui

Vicente Acciari

2 de Setiembre de 1947.

POR COLOMBIA:

Domingo Esqueru

Gonzalo Restrepo Jaramillo

Antonio Rocha

Carlos Valdey

Juan José

Francisco Uruarí Bermeo

he go to Puerto Rico
Julio

Yé Joaquín Baicedo Bastillo.

2 de Setiembre de 1947

POR MÉXICO:

[Handwritten signature]

~~*[Handwritten signature]*~~

Rodriguez

[Handwritten signature]

~~*[Handwritten signature]*~~

Vous nos êtes

Jacques Lévy

2 de Septiembre de 1947.

POUR L'HAÏTI:

~~*[Handwritten signature]*~~

[Handwritten signature]

~~*A. Lévesque*~~

[Handwritten signature]

Le 2 septembre 1947.

POR URUGUAY

Mateo Lafont

Elvira Dardry

[Signature]

Francisco Antonio Justo

José María Diego F. Guideo

Primo

2 de setiembre de 1947

FOR THE UNITED STATES OF AMERICA:

[Signature]
A. H. Vandenberg

John C. Amalby
Warren R. Austin,

Joseph P. Brown

William D. Pomeroy

Sept. 2, 1947

POR ARGENTINA:

José María
Uissaril
Mirique Comunas

[Signature]

Nicolas P. Cassin

[Signature]

2 de Setiembre de 1947.

PELO BRASIL:

Raul Fernandes
Gué Montin

Hildebrand Scivoly

José Eduardo
Paul Kuch
Augusto de Luis Kuch

Levi Carneiro

2 de setembro de 1947.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA PARA
A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA NO CONTINENTE

ATA FINAL

RIO DE JANEIRO
1947

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA NO CONTINENTE

ATA FINAL

As Repúblicas Americanas, desejosas de manter a paz e a segurança no Continente, decidiram, de acôrdo com a Resolução VIII da Conferência Interamericana sôbre Problemas da Guerra e da Paz, reunida na cidade do México em 1945, realizar uma Conferência destinada a dar forma permanente aos princípios contidos no Ato de Chapultepec, e, com êsse objetivo, designaram os Plenipotenciários abaixo mencionados — na ordem de precedência estabelecida por sorteio — os quais se reuniram em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, de 15 de agosto a 2 de setembro de 1947:

REPÚBLICA DOMINICANA :

- Sua Excelência o Senhor *Arturo Despradel*, Secretário de Estado das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor *Luis F. Thomen*, Secretário da Saúde e Assistência Pública;
- Sua Excelência o Senhor *Tulio M. Cestero*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Chile;
- Sua Excelência o Senhor *Ricardo Pérez Alfonseca*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
- Sua Excelência o Senhor *Roberto Despradel*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto à Santa Sé;
- Sua Excelência o Senhor *Porfirio Herrera Báez*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Argentina;
- Sua Excelência o Senhor *Joaquín Balaguer*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Honduras;
- Sua Excelência o Senhor *Emilio Rodríguez Demorizi*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Colômbia.

GUATEMALA :

- Sua Excelência o Senhor *Carlos Leonidas Acevedo*, Ministro interino das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor *Ismael González Arévalo*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Peru;
- Sua Excelência o Senhor *Francisco Guerra Morales*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
- Sua Excelência o Senhor *Manuel Galich*, ex-Ministro da Educação.

COSTA RICA :

Sua Excelência o Senhor *Luis Anderson Morúa*, Embaixador em Missão Especial;
Sua Excelência o Senhor *Máximo Quesada Picado*, Embaixador em Missão Especial.

PERU :

Sua Excelência o Senhor *Enrique García Sayán*, Ministro das Relações Exteriores e Culto;
Sua Excelência o Senhor *Manuel G. Gallagher*, ex-Ministro das Relações Exteriores e Culto;
Sua Excelência o Senhor *Victor Andrés Belaúnde*, Embaixador da República;
Sua Excelência o Senhor *Luis Fernán Cisneros*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
Sua Excelência o Senhor *Hernán C. Bellido*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Oriental do Uruguai.

EL SALVADOR :

Sua Excelência o Senhor *Ernesto Alfonso Núñez*, Sub-Secretário das Relações Exteriores e da Justiça;
Sua Excelência o Senhor *Guillermo Trigueros*;
Sua Excelência o Senhor *Miguel Angel Espino*, ex-Sub-Secretário das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Carlos Adalberto Alfaro*, Conselheiro da Embaixada no México.

PANAMÁ :

Sua Excelência o Senhor *Ricardo J. Alfaro*, Ministro das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *José Edgardo Lefèvre*, ex-Ministro das Relações Exteriores.

PARAGUAI :

Sua Excelência o Senhor *Federico Chaves*, Ministro das Relações Exteriores e Culto;
Sua Excelência o Senhor *Raúl Sapena Pastor*;
Sua Excelência o Senhor *José A. Moreno González*;
Sua Excelência o Senhor *José Zacarías Arza*;
Sua Excelência o Senhor General *Raimundo Rolón*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil.

VENEZUELA :

Sua Excelência o Senhor *Carlos Morales*, Ministro das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Martín Pérez Guevara*, Representante na Assembléia Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Desiderio Gómez Mora*, Representante na Assembléia Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Domingo Alberto Rangel*, Representante na Assembléia Nacional;
Sua Excelência o Senhor *M. A. Falcón Briceño*, Ministro Conselheiro da Embaixada nos Estados Unidos da América;
Sua Excelência o Senhor *Eduardo Arroyo Lameda*, Delegado da Venezuela na Comissão Jurídica Interamericana;
Sua Excelência o Senhor *Eduardo Plaza A.*, Consultor do Ministério das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Santiago Pérez Pérez*, Diretor de Política Internacional do Ministério das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Aureliano Otáñez*, Diretor de Política Econômica do Ministério das Relações Exteriores;

Sua Excelência o Senhor Major *Luis Felipe Llovera Páez*, Sub-Chefe do Estado Maior Geral;
Sua Excelência o Senhor Major *Raúl Castro Gómez*, Diretor da Escola Militar.

CHILE :

Sua Excelência o Senhor *Germán Vergara Donoso*, Ministro das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Emilio Edwards Bello*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
Sua Excelência o Senhor *Enrique Eleodoro Guzmán Figueroa*, Senador da República;
Sua Excelência o Senhor *Enrique Cañas Flores*, Deputado da Câmara;
Sua Excelência o Senhor *Aníbal Matte Pinto*;
Sua Excelência o Senhor *Enrique Bernstein Carabantes*, Diretor do Departamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

HONDURAS :

Sua Excelência o Senhor *Julián R. Cáceres*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos da América;
Sua Excelência o Senhor *Marco A. Batres*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Nicarágua;
Sua Excelência o Senhor *Angel C. Hernández*, Ministro da Educação.

CUBA :

Sua Excelência o Senhor *Guillermo Belt*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos da América;
Sua Excelência o Senhor *Gabriel Landa*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil.

BOLÍVIA :

Sua Excelência o Senhor *Luis Fernando Guachalla*, Ministro das Relações Exteriores e Culto;
Sua Excelência o Senhor *José Gil Soruco*, Presidente do Senado;
Sua Excelência o Senhor *David Alvéstegui*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
Sua Excelência o Senhor *Alberto Palacios*, ex-Ministro da Fazenda;
Sua Excelência o Senhor *René Ballivián*, Diretor da Corporação Boliviana de Fomento;
Sua Excelência o Senhor *Alberto Virreira Paccieri*, Assessor Geral do Ministério das Relações Exteriores.

COLÔMBIA :

Sua Excelência o Senhor *Domingo Esquerro*, Ministro das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Gonzalo Restrepo Jaramillo*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos da América;
Sua Excelência o Senhor Embaixador *Antonio Rocha*, Presidente do Conselho Diretor da União Pan-Americana;
Sua Excelência o Senhor Embaixador *Eduardo Zuleta Angel*, Ministro da Educação Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Francisco Umaña Bernal*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;

Sua Excelência o Senhor *Juan Uribe Cualla*, Senador da República;
Sua Excelência o Senhor *Julio Roberto Salazar Ferro*, Membro do Congresso Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Augusto Ramirez Moreno*, Membro do Congresso Nacional;
Sua Excelência o Senhor *José Joaquín Caicedo Castilla*, Delegado da Colômbia na Comissão Jurídica Interamericana.

MÉXICO :

Sua Excelência o Senhor *Jaime Torres Bodet*, Secretário das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Antonio S. Villalobos*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
Sua Excelência o Senhor *Roberto Córdova*, Embaixador do México;
Sua Excelência o Senhor *Pablo Campos Ortíz*, Embaixador do México;
Sua Excelência o Senhor *José Gorostiza*, Embaixador do México;
Sua Excelência o Senhor *Donato Miranda Fonseca*, Senador da República;
Sua Excelência o Senhor *José López Bermúdez*, Deputado ao Congresso da União.

EQUADOR :

Sua Excelência o Senhor *José Vicente Trujillo*, Ministro das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Luis Antonio Peñaherrera*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
Sua Excelência o Senhor *Arturo Borrero Bustamante*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Argentina;
Sua Excelência o Senhor *Teodoro Alvarado Garaicoa*, Ministro Conselheiro.

HAITI :

Sua Excelência o Senhor *Edmé Th. Manigat*, Secretário de Estado das Relações Exteriores e Culto;
Sua Excelência o Senhor *Jacques A. Léger*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Venezuela;
Sua Excelência o Senhor *Clovis Kernisan*, Conselheiro Jurídico;
Sua Excelência o Senhor Coronel *Antoine Levelt*, Conselheiro Técnico.

URUGUAI :

Sua Excelência o Senhor *Mateo Marques Castro*, Ministro das Relações Exteriores;
Sua Excelência o Senhor *Alberto Dominguez Cámpora*;
Sua Excelência o Senhor *Enrique E. Buero*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
Sua Excelência o Senhor *Leonel Aguirre*;
Sua Excelência o Senhor *Antonio G. Fusco*, Representante Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Cyro Giambruno*, Senador Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Juan F. Guichón*, Senador Nacional;
Sua Excelência o Senhor *José A. Mora Otero*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário;
Sua Excelência o Senhor *Dardo Regules*, Senador Nacional;
Sua Excelência o Senhor *Gabriel Terra Ilarraz*, Representante Nacional.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA :

- Sua Excelência o Senhor *George C. Marshall*, Secretário de Estado;
- Sua Excelência o Senhor *William D. Pawley*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
- Sua Excelência o Senhor *Arthur H. Vandenberg*, Presidente do Senado e da Comissão de Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor *Tom Connally*, Senador e Membro da Comissão de Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor *Sol Bloom*, Membro da Câmara de Representantes e da Comissão de Assuntos Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador *Warren R. Austin*, Representante dos Estados Unidos da América junto às Nações Unidas.

ARGENTINA :

- Sua Excelência o Senhor *Juan Atilio Bramuglia*, Ministro das Relações Exteriores e Culto;
- Sua Excelência o Senhor *Enrique V. Corominas*, Embaixador da República;
- Sua Excelência o Senhor *Oscar Ivanissevich*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos da América;
- Sua Excelência o Senhor *Pascual La Rosa*, Embaixador da República;
- Sua Excelência o Senhor General *Nicolás C. Accame*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Estados Unidos do Brasil;
- Sua Excelência o Senhor *Roberto A. Ares*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

BRASIL :

- Sua Excelência o Senhor *Raul Fernandes*, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor General *Pedro Aurélio de Góes Monteiro*, Senador da República;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador *Hildebrando Pompeu Pinto Accioly*, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor *José Eduardo Prado Kelly*, Deputado Federal;
- Sua Excelência o Senhor *Afonso Penna Júnior*;
- Sua Excelência o Senhor *Levi Carneiro*, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor *Edmundo da Luz Pinto*.

A União Panamericana foi representada pelo seu Diretor Geral, Sua Excelência o Senhor Alberto Lleras Camargo.

Para assistir à Conferência, foi especialmente convidado pelo Governo brasileiro Sua Excelência o Senhor Trygve Halvdan Lie, Secretário Geral das Nações Unidas. Esse convite foi posteriormente estendido pela Conferência ao Secretário Geral Adjunto daquele organismo, Sua Excelência o Senhor Benjamin Cohen.

A Sessão inaugural efetuou-se a 15 de agosto, sob a presidência de Sua Excelência o Senhor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Sua Excelência o Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pronunciou um discurso de boas-vindas às Delegações. Em nome delas, respondeu Sua Excelência o Senhor Jaime Torres Bodet, Secretário das Relações Exteriores do México.

Na Sessão plenária, realizada a 16 de agosto, foi, por aclamação, eleito Presidente da Conferência Sua Excelência o Senhor Raul Fernandes.

O Programa e o Regimento da Conferência haviam sido aprovados pelo Conselho Diretor da União Panamericana, a 13 de setembro de 1945.

De acordo com o Regimento, o Governo do Brasil designou para Secretário Geral da Conferência Sua Excelência o Senhor Embaixador Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.

Em conformidade com as disposições do Regimento, além da Comissão Central, composta dos Chefes das Delegações e presidida pelo Presidente da Conferência, foram designadas uma Comissão de Credenciais e uma Comissão de Redação e Coordenação.

Para elaborar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, foram constituídas mais três Comissões, a saber :

COMISSÃO I - Princípios, preâmbulo e artigos protocolares ;

COMISSÃO II - Medidas a serem tomadas nos casos de ameaças ou atos de agressão :

COMISSÃO III - Processos e órgãos para a execução do Tratado.

Como resultado de suas deliberações, a Conferência, além do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, aprovou as seguintes resoluções :

I

HOMENAGEM AO BRASIL

As Repúblicas Americanas, ao se iniciarem os trabalhos da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, saúdam a nobre Nação Brasileira, na pessoa de seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra, que, interpretando os sentimentos de seu povo, oferece generosa hospitalidade a esta Conferência, destinada a continuar e consolidar a solidariedade continental.

II

HOMENAGEM À MEMÓRIA DOS PRESIDENTES ROOSEVELT E BERRETA

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que a figura política do Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, encarnou o sentimento continental de cooperação e solidariedade, realizando, nos atos e na doutrina, a política da "boa vizinhança", tão grata aos cidadãos dos Estados Americanos;

Que a figura política do Presidente da República Oriental do Uruguai, Tomás Berreta, simbolizou uma expressão fiel do espírito platino, amante da democracia e defensor de seus princípios,

DECLARA :

As Repúblicas Americanas rendem respeitosa homenagem à memória dos dois Presidentes, propugnadores da cooperação entre as Nações do Continente.

III

HOMENAGEM AO SENHOR TRYGVE LIE

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente

DECLARA :

Que vê com especial satisfação a presença, em seu seio, do Secretário Geral das Nações Unidas, Senhor Trygve Halvdan Lie, cujo eficaz trabalho em prol da harmonia internacional coincide com os propósitos desta Assembléia, chamada a preservar de todo perigo a independência e a soberania dos povos americanos.

IV

PACIFICAÇÃO DO PARAGUAI

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que não pode permanecer impassível perante a dor do nobre povo paraguaio, que sofre, desde há longos meses, a tragédia sangrenta de uma luta que afeta os sentimentos humanitários e de solidariedade que unem todos os povos irmãos da América,

DECLARA :

Que, sem a intenção de intervir nos assuntos internos do Paraguai, exorta os contendores a aceitarem o generoso oferecimento de mediação, oportunamente iniciado pelo Governo do Brasil, juntamente com as Chancelarias argentina e boliviana, e com o apoio de outros Governos da América, a fim de pôr termo à luta que aflige o povo irmão.

V

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE LEO S. ROWE

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que Leo S. Rowe pôs ao serviço da paz, da unidade e da solidariedade da América, todo o capital do seu talento, em longos anos de trabalho, como Diretor Geral da União Panamericana,

RESOLVE :

Deixar constante seu profundo sentimento pela morte desse ilustre cidadão das Américas.

VI

HOMENAGEM AO SENHOR LLERAS CAMARGO

Os Governos das Repúblicas Americanas expressam seu agrado pela designação do Senhor Alberto Lleras Camargo para Diretor Geral da União Panamericana e estão certos de que sua gestão à frente desse organismo fortalecerá a crescente amizade e cooperação entre as Nações Americanas.

VII

O IDEAL PANAMERICANISTA E AS NAÇÕES UNIDAS

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente

DECLARA :

Que ratifica sua confiança nos princípios de justiça e de direito internacional e nos sentimentos de concórdia que regem as relações entre os Estados do Continente, e expressa seu anseio por que os mesmos sirvam para articular e harmonizar os esforços que realizam as Nações Unidas, destinados a fortalecer a paz universal.

VIII

REPRESENTAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que o Conselho Diretor da União Panamericana, em virtude de resolução aprovada na sessão de 28 de julho de 1947, dirigiu ao Senhor Trygve Lie, Secretário Geral das Nações Unidas, um convite para assistir a esta Conferência;

Que o Senhor Trygve Lie, tendo que deixar o Brasil logo após a instalação da Conferência, manifestou o desejo de se fazer representar na mesma pelo Senhor Benjamin Cohen, Secretário Geral Adjunto das Nações Unidas,

RESOLVE :

Estender ao Senhor Benjamin Cohen o convite anteriormente feito ao Senhor Trygve Lie.

IX

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que a segurança econômica, indispensável para o progresso de todos os povos americanos, será, em qualquer tempo, a melhor garantia de sua segurança política e do êxito do seu esforço conjunto para a manutenção da paz no Continente,

RESOLVE :

1. Que o Conselho Interamericano Econômico e Social elabore um projeto de convênio básico sobre cooperação econômica interamericana para que o seu texto seja submetido à Nona Conferência Internacional Americana que se reunirá em Bogotá;

2. Que, para tal fim, se amplie o quadro do Conselho Interamericano Econômico e Social, mediante a inclusão, pelos Governos das Repúblicas Americanas, entre seus representantes ou assessores, de especialistas em assuntos econômicos e financeiros, e

3. Que se convoque uma Conferência especial de caráter econômico, a qual se reunirá no segundo semestre de 1948, em data que a Nona Conferência Internacional Americana determinar. O objetivo dessa Conferência especial será o de estudar os melhores processos para a execução do Convênio que se tiver firmado, e examinar quaisquer medidas tendentes a tornar mais efetiva a cooperação econômica interamericana.

X

SISTEMA PACÍFICO DE SEGURANÇA

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que a paz é a realização da justiça, fundada na ordem moral e garantida pelo direito,

RECOMENDA :

Que a Nona Conferência Internacional Americana, a ser realizada pròximamente em Bogotá, estude, com o objetivo de as adotar, as instituições que tornem efetivo um sistema pacífico de segurança, e, entre elas, a arbitragem obrigatória para tóda controvérsia que ponha em perigo a paz e que não seja de natureza jurídica.

XI

OS ARMAMENTOS E AS OBRIGAÇÕES CRIADAS PELO TRATADO

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente

DECLARA :

Que seu propósito primordial, assim como o do Tratado que concluiu, é afirmar a paz e a segurança no Continente, e que, por conseguinte, nenhuma disposição do Tratado, nem as obrigações pelo mesmo criadas, devem ser interpretadas no sentido de justificar armamentos excessivos nem podem ser invocadas como razão para a criação ou a manutenção de armamentos ou fôrças armadas além dos necessários para a defesa comum no interêsse da paz e da segurança.

XII

PREÂMBULO DO PACTO CONSTITUTIVO DO SISTEMA INTERAMERICANO

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente

RECOMENDA :

Que a Nona Conferência Internacional Americana, ao redigir o Preâmbulo do Pacto Constitutivo do Sistema Interamericano, leve em conta os seguintes considerandos, propostos pela Delegação do Peru:

“As Altas Partes Contratantes, representando os seus respectivos povos;

“Empenhadas em continuar estimulando a marcha pacífica dos seus povos no sentido da redenção total do Continente por meio da realização constante de uma cooperação compreensiva e leal, e estranha a tôda idéia de predomínio;

“Inspiradas numa vontade isenta de restrições de viver em paz, a fim de dignificar a vida e o esforço do homem americano, pelo império do bem e da moral e pela satisfação inegável do seu direito primordial à tranqüilidade e ao bem-estar;

“Conscientes da necessidade de assegurar uma cabal defesa solidária do patrimônio de liberdade, independência, democracia, direito e bens materiais acumulados no Continente, por obra do gênio e esforço dos seus filhos;

“Com a consciência de que essas aspirações de defesa hão de respeitar, por fôrça do próprio amor pela paz, os limites estritos do que fôr necessário e conveniente, sem perturbar a inspiração fundamental da estrutura jurídica americana e sem contrariar a aspiração pacifista unânime, que essa estrutura consagra”...

XIII

CARTA EDUCATIVA AMERICANA PARA A PAZ

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente,

CONSIDERANDO :

Que a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura estabelece em seus considerandos o seguinte postulado: que, como as guerras principiam na mente dos homens, é na mente dos homens que se devem erigir os baluartes da paz, e que a dita Organização tem como propósito contribuir para a paz e a segurança internacionais, mediante a colaboração entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, concorrendo para o respeito universal à justiça, ao império da lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;

Que a Conferência Interamericana sôbre Problemas da Guerra e da Paz, em sua Resolução XXIX, considera que a Paz não pode repousar exclusivamente sôbre medidas de ordem política e econômica; que o Sistema Interamericano não pode desenvolver-se e fortalecer-se enquanto os cidadãos das diferentes Repúblicas dêste Continente não estiverem profundamente imbuídos dos princípios de paz, justiça e igualdade entre os Estados e os indivíduos, e que a Declaração do México consagra o princípio de que a educação e bem-estar material são indispensáveis ao desenvolvimento da democracia;

Que para a manutenção da paz e da segurança no Continente, além dos tratados de caráter político e econômico, é necessário que as Nações Americanas conciliem as normas morais de seus sistemas educativos com um conjunto de princípios comuns a tôdas elas, que estimulem a compreensão e a aproximação dos povos americanos e intensifiquem a preparação dos cidadãos, mediante uma sã orientação da vontade e da inteligência dirigidas para a consolidação da paz,

RESOLVE :

Encarregar o Conselho Diretor da União Panamericana da elaboração da Carta Educativa Americana para a Paz, a fim de que a mesma seja apresentada à consideração e estudo da Nona Conferência Internacional Americana.

XIV

HOMENAGEM AO SENADOR VANDENBERG

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente recorda com gratidão os serviços do honrado Senador Arthur Vandenberg na Comissão de Acôrdos Regionais da Conferência de São Francisco, para obter a aprovação da fórmula norte-americana que se transformou no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, em virtude do qual foi possível concluir o primeiro tratado que desenvolve o princípio da legítima defesa coletiva; e aplaude a cooperação que com alto e compreensivo espírito prestou na discussão do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

XV

HOMENAGEM AO MINISTRO RAUL FERNANDES

A Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, ao encerrar seus trabalhos, exprime o seu aplauso e reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores do Brasil e Presidente da Conferência, cuja alta mentalidade jurídica e notáveis predicados de homem de Estado influíram benêficamente em tôdas as inspirações da Conferência e estarão perenemente associados ao espírito do Pacto elaborado.

DECLARAÇÕES

ARGENTINA :

A Delegação Argentina declara que, dentro das águas adjacentes ao Continente sul-americano, na extensão de costas correspondente à República Argentina na zona chamada de segurança, não reconhece a existência de colônias ou possessões de países europeus e acrescenta que especialmente ressalva e mantém intatos os legítimos direitos e títulos da República Argentina sôbre as Ilhas Malvinas, Ilhas Geórgias do Sul, Ilhas Sandwich do Sul e terras incluídas dentro do setor antártico argentino, sôbre o qual a República exerce a correspondente soberania.

GUATEMALA :

A Guatemala deseja fazer constar que não reconhece nenhum direito de soberania legal da Grã-Bretanha no Território de Belice, chamado de Honduras Britânica, compreendido dentro da Zona de Segurança e que uma vez mais faz reserva expressa de seus direitos derivados da constituição da República, de documentos históricos, de argumentos jurídicos e de princípios de equidade, oportunamente expostos à consciência universal.

MÉXICO :

Sòmente em virtude de a Delegação de Guatemala ter estimado conveniente formular a declaração anterior, a Delegação do México vê-se na contingência de reiterar que, no caso de ser operada uma modificação no *status* de Belice, não poderiam deixar de ser levados em conta os direitos do México sôbre uma parte do dito Território, de acôrdo com os antecedentes históricos e jurídicos.

CHILE :

A Delegação do Chile declara que, dentro das águas adjacentes ao Continente sul-americano na extensão de costas correspondente à República do Chile na zona chamada de segurança, não reconhece a existência de colônias ou possessões de países europeus e acrescenta que ressalva especialmente e mantém intatos os legítimos direitos e títulos da República sobre as terras incluídas dentro do setor antártico chileno, sobre o qual a República exerce a correspondente soberania.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA :

Com relação às reservas feitas por outras Delegações sobre os territórios situados na região definida no Tratado, seus limites e a soberania exercida sobre os mesmos, a Delegação dos Estados Unidos da América deseja consignar sua posição de que o Tratado do Rio de Janeiro não exerce efeitos sobre a soberania ou sobre o *status* nacional ou internacional de quaisquer dos territórios incluídos na região definida no Artigo 4.º do Tratado.

Em testemunho do que, os Plenipotenciários acima citados assinam a presente Ata Final, feita em português, espanhol, francês e inglês, na cidade do Rio de Janeiro, aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e sete. O Secretário Geral depositará o original nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que transmitirá cópias autenticadas aos Governos das Repúblicas Americanas e à União Panamericana.

B.291.

CONFERENCIA INTERAMERICANA PARA EL MANTENIMIENTO DE LA PAZ Y LA SEGURIDAD DEL CONTINENTE

ACTA FINAL

Las Repúblicas Americanas, deseosas de mantener la paz y la seguridad del Continente, resolvieron de acuerdo con la Resolución VIII de la Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz, celebrada en la ciudad de México en 1945, realizar una Conferencia destinada a dar forma permanente a los principios contenidos en el Acta de Chapultepec, y con ese objeto designaron los Plenipotenciarios abajo mencionados en el orden de precedencia establecido por sorteo, los cuales se reunieron en Petrópolis, Estado de Río de Janeiro, del 15 de Agosto al 2 de Septiembre de 1947.

REPÚBLICA DOMINICANA:

- Su Excelencia el Señor *Arturo Despradel*, Secretário de Estado de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor *Luis F. Thomen*, Secretário de Sanidad y Asistencia Pública;
- Su Excelencia el Señor *Tulio M. Cestero*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Chile;
- Su Excelencia el Señor *Ricardo Pérez Alfonseca*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
- Su Excelencia el Señor *Roberto Despradel*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario ante la Santa Sede;
- Su Excelencia el Señor *Porfirio Herrera Báez*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en la República Argentina;
- Su Excelencia el Señor *Joaquín Balaguer*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Honduras;
- Su Excelencia el Señor *Emilio Rodríguez Demorizi*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Colombia.

GUATEMALA:

- Su Excelencia el Señor *Carlos Leonidas Acevedo*, Ministro interino de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor *Ismael González Arévalo*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Perú;
- Su Excelencia el Señor *Francisco Guerra Morales*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
- Su Excelencia el Señor *Manuel Galich*, ex Ministro de Educación.

COSTA RICA:

Su Excelencia el Señor *Luis Anderson Morúa*, Embajador en Misión Especial;
Su Excelencia el Señor *Máximo Quesada Picado*, Embajador en Misión Especial.

PERÚ:

Su Excelencia el Señor *Enrique García Sayán*, Ministro de Relaciones Exteriores y Culto;
Su Excelencia el Señor *Manuel G. Gallagher*, ex Ministro de Relaciones Exteriores y Culto;
Su Excelencia el Señor *Víctor Andrés Belaúnde*, Embajador de la República;
Su Excelencia el Señor *Luis Fernán Cisneros*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Hernán C. Bellido*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en la República Oriental del Uruguay.

EL SALVADOR :

Su Excelencia el Señor *Ernesto Alfonso Núñez*, Subsecretario de Relaciones Exteriores y Justicia;
Su Excelencia el Señor *Guillermo Trigueros*;
Su Excelencia el Señor *Miguel Angel Espino*, ex Subsecretario de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Carlos Adalberto Alfaro*, Consejero de la Embajada en México.

PANAMA :

Su Excelencia el Señor *Ricardo J. Alfaro*, Ministro de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *José Edgardo Lefèvre*, ex Ministro de Relaciones Exteriores.

PARAGUAY :

Su Excelencia el Señor *Federico Chaves*, Ministro de Relaciones Exteriores y Culto;
Su Excelencia el Señor *Raúl Sapena Pastor*;
Su Excelencia el Señor *José A. Moreno González*;
Su Excelencia el Señor *José Zacarías Arza*;
Su Excelencia el Señor *General Raimundo Rolón*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil.

VENEZUELA :

Su Excelencia el Señor *Carlos Morales*, Ministro de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Martín Pérez Guevara*, Representante en la Asamblea Nacional;
Su Excelencia el Señor *Desiderio Gómez Mora*, Representante en la Asamblea Nacional;
Su Excelencia el Señor *Domingo Alberto Rangel*, Representante en la Asamblea Nacional;
Su Excelencia el Señor *M. A. Falcón Briceño*, Ministro Consejero de la Embajada en los Estados Unidos de América.
Su Excelencia el Señor *Eduardo Arroyo Lameda*, Delegado de Venezuela en la Comisión Jurídica Interamericana;
Su Excelencia el Señor *Eduardo Plaza A.*, Consultor del Ministerio de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Santiago Pérez Pérez*, Director de Política Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Aureliano Otáñez*, Director de Política Económica del Ministerio de Relaciones Exteriores;

Su Excelencia el Señor Mayor *Luis Felipe Llovera Páez*, Sub-Jefe del Estado Mayor General;
Su Excelencia el Señor Mayor *Raúl Castro Gómez*, Director de la Escuela Militar.

CHILE :

Su Excelencia el Señor *Germán Vergara Donoso*, Ministro de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Emilio Edwards Bello*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Enrique Eleodoro Guzmán Figueroa*, Senador de la República;
Su Excelencia el Señor *Enrique Cañas Flores*, Diputado a la Cámara;
Su Excelencia el Señor *Aníbal Matte Pinto*.
Su Excelencia el Señor *Enrique Bernstein Carabantes*, Director del Departamento Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores.

HONDURAS :

Su Excelencia el Señor *Julián R. Cáceres*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos de América;
Su Excelencia el Señor *Marco A. Batres*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Nicaragua;
Su Excelencia el Señor *Angel C. Hernández*, Ministro de Educación.

CUBA :

Su Excelencia el Señor *Guillermo Belt*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos de América;
Su Excelencia el Señor *Gabriel Landa*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil.

BOLIVIA :

Su Excelencia el Señor *Luis Fernando Guachalla*, Ministro de Relaciones Exteriores y Culto;
Su Excelencia el Señor *José Gil Soruco*, Presidente del Senado;
Su Excelencia el Señor *David Alvéstequi*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Alberto Palacios*, ex Ministro de Hacienda;
Su Excelencia el Señor *René Ballivián*, Director de la Corporación Boliviana de Fomento;
Su Excelencia el Señor *Alberto Virreira Paccieri*, Asesor General del Ministerio de Relaciones Exteriores.

COLOMBIA :

Su Excelencia el Señor *Domingo Esguerra*, Ministro de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Gonzalo Restrepo Jaramillo*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos de América;
Su Excelencia el Señor Embajador *Antonio Rocha*, Presidente del Consejo Directivo de la Unión Panamericana;
Su Excelencia el Señor Embajador *Eduardo Zuleta Angel*, Ministro de Educación Nacional;
Su Excelencia el Señor *Francisco Umaña Bernal*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Juan Uribe Cualla*, Senador de la República;
Su Excelencia el Señor *Julio Roberto Salazar Ferro*, Miembro del Congreso Nacional;

Su Excelencia el Señor *Augusto Ramírez Moreno*, Miembro del Congreso Nacional;
Su Excelencia el Señor *José Joaquín Caicedo Castilla*, Delegado de Colombia en la Comisión Jurídica Interamericana.

MÉXICO :

Su Excelencia el Señor *Jaime Torres Bodet*, Secretario de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Antonio S. Villalobos*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Roberto Córdova*, Embajador de México;
Su Excelencia el Señor *Pablo Campos Ortíz*, Embajador de México;
Su Excelencia el Señor *José Gorostiza*, Embajador de México;
Su Excelencia el Señor *Donato Miranda Fonseca*, Senador de la República;
Su Excelencia el Señor *José Lopez Bermúdez*, Diputado al Congreso de la Unión.

ECUADOR :

Su Excelencia el Señor *José Vicente Trujillo*, Ministro de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Luis Antonio Peñaherrera*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Arturo Borrero Bustamante*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en la República Argentina;
Su Excelencia el Señor *Teodoro Alvarado Garaicoa*, Ministro Consejero.

HAITÍ :

Su Excelencia el Señor *Edmé Th. Manigat*, Secretario de Estado de Relaciones Exteriores y Culto;
Su Excelencia el Señor *Jacques A. Léger*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Venezuela;
Su Excelencia el Señor *Clovis Kernisan*, Consejero Jurídico;
Su Excelencia el Señor *Coronel Antoine Levelt*, Consejero Técnico.

URUGUAY :

Su Excelencia el Señor *Mateo Marques Castro*, Ministro de Relaciones Exteriores;
Su Excelencia el Señor *Alberto Domínguez Cámpera*;
Su Excelencia el Señor *Enrique E. Buero*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
Su Excelencia el Señor *Leonel Aguirre*,
Su Excelencia el Señor *Antonio G. Fusco*, Representante Nacional;
Su Excelencia el Señor *Cyro Giambruno*, Senador Nacional;
Su Excelencia el Señor *Juan F. Guichón*, Senador Nacional;
Su Excelencia el Señor *José A. Mora Otero*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario;
Su Excelencia el Señor *Dardo Regules*, Senador Nacional;
Su Excelencia el Señor *Gabriel Terra Ilarraz*, Representante Nacional.

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA :

Su Excelencia el Señor *George C. Marshall*, Secretario de Estado;
Su Excelencia el Señor *William D. Pawley*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;

- Su Excelencia el Señor *Arthur H. Vandenberg*, Presidente del Senado y de la Comisión de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor *Tom Connally*, Senador y Miembro de la Comisión de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor *Sol Bloom*, Miembro de la Cámara de Representantes y de la Comisión de Asuntos Exteriores;
- Su Excelencia el Señor Embajador *Warren R. Austin*, Representante de los Estados Unidos de América ante las Naciones Unidas.

ARGENTINA :

- Su Excelencia el Señor *Juan Atilio Bramuglia*, Ministro de Relaciones Exteriores y Culto;
- Su Excelencia el Señor *Enrique V. Corominas*, Embajador de la República;
- Su Excelencia el Señor *Oscar Ivanissevich*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos de América;
- Su Excelencia el Señor *Pascual La Rosa*, Embajador de la República;
- Su Excelencia el Señor General *Nicolás C. Accame*, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en los Estados Unidos del Brasil;
- Su Excelencia el Señor *Roberto A. Ares*, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario.

BRASIL :

- Su Excelencia el Señor *Raul Fernandes*, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor General *Pedro Aurélio de Góes Monteiro*, Senador de la República;
- Su Excelencia el Señor Embajador *Hildebrando Pompeu Pinto Accioly*, Secretario General del Ministerio de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor *José Eduardo Prado Kelly*, Diputado Federal;
- Su Excelencia el Señor *Affonso Penna Júnior* ;
- Su Excelencia el Señor *Levi Carneiro*, Consultor Jurídico del Ministério de Relaciones Exteriores;
- Su Excelencia el Señor *Edmundo da Luz Pinto*.

La Unión Panamericana fué representada por su Director General, Su Excelencia el Señor Alberto Lleras Camargo.

Para asistir a la Conferencia fué especialmente invitado por el Gobierno brasileño Su Excelencia el Señor Trygve Halvdan Lie, Secretario General de las Naciones Unidas. Esa invitación fué posteriormente extendida por la Conferencia al Secretario General Adjunto de aquél organismo, Su Excelencia el Señor Benjamín Cohen.

La Sesión inaugural se realizó el 15 de Agosto, bajo la Presidencia de Su Excelencia el Señor Raul Fernandes, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil. Su Excelencia el Señor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, pronunció un discurso de bien-venida a las Delegaciones. En nombre de ellas contestó Su Excelencia el Señor Jaime Torres Bodet, Secretario de Relaciones Exteriores de México.

En la Sesión plenaria realizada el 16 de Agosto, Su Excelencia el Señor Raul Fernandes fué electo por aclamación Presidente de la Conferencia.

El Programa y el Reglamento de la Conferencia habían sido aprobados por el Consejo Directivo de la Unión Panamericana, el 13 de Septiembre de 1945.

De acuerdo con el Reglamento, el Gobierno del Brasil designó como Secretario General de la Conferencia a Su Excelencia el Señor Embajador Luiz Pereira Ferreira de Faro Júnior.

De conformidad con las disposiciones del Reglamento, además de la Comisión Central, compuesta por los Jefes de las Delegaciones y presidida por el Presidente de la Conferencia, fueron designadas una Comisión de Credenciales y una Comisión de Redacción y Coordinación.

Para elaborar el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, fueron constituidas tres comisiones más, así :

COMISIÓN I — Principios, Preámbulo y Artículos Protocolares;

COMISIÓN II — Medidas que han de tomarse en casos de amenazas o actos de agresión;

COMISIÓN III — Procedimientos y órganos para la ejecución del Tratado.

Como resultado de sus deliberaciones la Conferencia, además del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, aprobó las siguientes resoluciones :

I

HOMENAJE AL BRASIL

Las Repúblicas Americanas, al iniciar las labores de la Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente, saludan a la noble Nación brasileña en la persona de su Presidente el Excelentísimo Señor General Eurico Gaspar Dutra, quien, interpretando los sentimientos de su pueblo, brinda generosa hospitalidad a esta Conferencia destinada a continuar y consolidar la solidaridad continental.

II

HOMENAJE A LA MEMORIA DE LOS PRESIDENTES ROOSEVELT Y BERRETA

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que la figura política del Presidente de los Estados Unidos de América, Franklin Delano Roosevelt, encarnó el sentimiento continental de cooperación y de solidaridad, realizando, en los hechos y en la doctrina, la política de la "buena vecindad" tan grata a los ciudadanos de los Estados Americanos ;

Que la figura política del Presidente de la República Oriental del Uruguay, Tomás Berreta, simbolizó una expresión cierta del espíritu platino, amante de la democracia y defensor de sus principios,

DECLARA :

Las Repúblicas Americanas rinden respetuoso homenaje a la memoria de los dos Presidentes, propugnadores de la cooperación entre las Naciones del Continente.

III

HOMENAJE AL SEÑOR TRYGVE LIE

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente

DECLARA :

Que ve con especial satisfacción la presencia en su seno del Secretario General de las Naciones Unidas, Señor Trygve Halvdan Lie, cuya esforzada labor, en pro de la armonía internacional coincide con los propósitos de esta Asamblea llamada a preservar de todo peligro la independencia y soberanía de los pueblos americanos.

IV

PACIFICACIÓN DEL PARAGUAY

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que no puede permanecer impasible ante el dolor del noble pueblo paraguayo que sufre desde hace muchos meses la tragedia sangrienta de una lucha que afecta los sentimientos humanitarios y de solidaridad que unen a todos los pueblos hermanos de América,

DECLARA :

Que, sin ánimo de intervenir en los asuntos internos del Paraguay, exhorta a los contendientes a aceptar el generoso ofrecimiento de mediación oportunamente iniciado por el Gobierno del Brasil, conjuntamente con las Cancillerías Argentina y Boliviana, y con el apoyo de otros Gobiernos de América, a fin de poner término a la lucha que aflige al pueblo hermano.

V

HOMENAJE A LA MEMORIA DE LEO S. ROWE

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que Leo S. Rowe puso al servicio de la paz, de la unidad y de la solidaridad de América, todo el caudal de su talento, en largos años de trabajo como Director General de la Unión Panamericana,

RESUELVE :

Dejar constancia de su profundo sentimiento por la muerte de este ilustre ciudadano de las Américas.

VI

HOMENAJE AL SEÑOR LLERAS CAMARGO

Los Gobiernos de las Repúblicas Americanas expresan su complacencia por la designación del Señor Alberto Lleras Camargo como Director General de la Unión Panamericana y están seguros de que su gestión al frente de este organismo fortalecerá la creciente amistad y cooperación mútua entre las Naciones Americanas.

VII

EL IDEAL PANAMERICANISTA Y LAS NACIONES UNIDAS

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente

DECLARA :

Que ratifica su confianza en los principios de justicia y de derecho internacional y en los sentimientos de concordia que rigen las relaciones entre los Estados del Continente, y expresa su anhelo de que tales principios y sentimientos sirvan para encauzar y armonizar los esfuerzos que realizan las Naciones Unidas, destinados a fortalecer la paz universal.

VIII

REPRESENTACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que el Consejo Directivo de la Unión Panamericana, en virtud de resolución aprobada en la sesión del 28 de Julio de 1947, dirigió al Señor Trygve Lie, Secretario General de las Naciones Unidas, una invitación para asistir a esta Conferencia;

Que el Señor Trygve Lie, obligado a dejar el Brasil poco después de la instalación de esta Conferencia, manifestó su deseo de hacerse representar en la misma por el Señor Benjamín Cohen, Secretario General Adjunto de las Naciones Unidas,

RESUELVE :

Extender al Señor Benjamín Cohen la invitación anteriormente hecha al Señor Trygve Lie.

IX

COOPERACIÓN ECONÓMICA

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que la seguridad económica, indispensable para el progreso de todos los pueblos americanos, será, en todo momento, la mejor garantía de su seguridad política y del éxito de su esfuerzo conjunto para el mantenimiento de la paz continental,

RESUELVE :

1. Que el Consejo Interamericano Económico y Social elabore un proyecto de convenio básico sobre cooperación económica interamericana, para que su texto sea sometido a la Novena Conferencia Internacional Americana que se reunirá en Bogotá;

2. Que, para tal fin, se amplíe el cuadro del Consejo Interamericano Económico y Social mediante la inclusión por los Gobiernos de las Repúblicas Americanas, entre sus representantes o asesores, de especialistas en asuntos económicos y hacendarios, y

3. Que se convoque a una conferencia especial de carácter económico, la cual se celebrará, dentro del segundo semestre de 1948, en la fecha que determine la Novena Conferencia Internacional Americana. El objeto de esa conferencia especial será el de estudiar los mejores procedimientos de ejecución del convenio que se haya suscrito, y examinar cualesquiera medidas tendientes a hacer más efectiva la cooperación económica interamericana.

X

SISTEMA PACIFICO DE SEGURIDAD

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que la paz es la realización de la justicia afianzada en el orden moral y con la garantía del derecho,

RECOMIENDA :

Que en la Novena Conferencia Internacional Americana, que se realizará próximamente en Bogotá, se estudien, con miras a su aprobación, las instituciones que den efectividad a un sistema pacífico de seguridad, y, entre ellas, el arbitraje obligatorio para toda controversia que ponga en peligro la paz y que no sea de naturaleza jurídica.

XI

LOS ARMAMENTOS Y LAS OBLIGACIONES DEL TRATADO

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente

DECLARA :

Que su propósito primordial así como el del Tratado que ha concluído es afirmar la paz y la seguridad del Continente y que, en consecuencia, ninguna disposición del Tratado ni las obligaciones creadas por el mismo, deben ser interpretadas en el sentido de justificar armamentos excesivos ni pueden ser invocadas como razón para la creación o el mantenimiento de armamentos o fuerzas armadas más allá de los necesarios para la defensa común en interés de la paz y la seguridad.

XII

PREÁMBULO DEL PACTO CONSTITUTIVO DEL SISTEMA INTERAMERICANO

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente

RECOMIENDA :

Que la Novena Conferencia Internacional Americana, al redactarse el Preámbulo del Pacto Constitutivo del Sistema Interamericano, tenga en cuenta los siguientes *consideranda* propuestos por la Delegación del Perú:

“Las Altas Partes Contratantes, en representación de sus pueblos;

“Empeñadas en continuar estimulando la marcha pacífica de sus pueblos hasta la redención total del Continente por la realización constante de la cooperación comprensiva, leal y limpia de todo intento de predominio;

“Inspiradas en una voluntad sin restricciones de vivir en paz para poder dignificar la vida y el esfuerzo del hombre americano por el imperio del bien y la moral y por la satisfacción ineludible de su derecho primordial a la serenidad y al bienestar;

“Atentas a la necesidad de asegurar una cabal defensa solidaria del acervo de libertad, independencia, democracia, juridicidad y bienes materiales acumulados en el Continente por obra del genio y el esfuerzo de sus hijos;

“Con la conciencia de que esas aspiraciones de defensa habrán de respetar, por gravitación del propio amor a la paz, los límites estrictos de lo necesario y conveniente, sin perturbar la inspiración fundamental de la edificación jurídica americana y sin contrariar la unánime aspiración pacifista que esa edificación consagra” . . .

XIII

CARTA EDUCATIVA AMERICANA PARA LA PAZ

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente,

CONSIDERANDO :

Que la Constitución de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura establece en sus *consideranda* el siguiente postulado: que puesto que las guerras principian en la mente de los hombres, es en la mente de los hombres donde deben erigirse los baluartes de la paz, y que dicha Organización tiene como propósitos contribuir a la paz y la seguridad internacional mediante la colaboración entre las naciones por medio de la educación, la ciencia y la cultura, favoreciendo el respeto universal por la justicia, el imperio de la ley, los derechos humanos y las libertades fundamentales;

Que la Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz, en su Resolución XXIX, considera que la paz no puede descansar exclusivamente sobre medidas de orden político y económico; que el Sistema Interamericano no puede desarrollarse y fortalecerse mientras los ciudadanos de las diferentes Repúblicas de este Continente no estén profundamente imbuidos de los principios de paz, justicia e igualdad entre los Estados y los individuos, y que la Declaración de México consagra el principio de que la educación y el bienestar material son indispensables al desarrollo de la democracia;

Que para el mantenimiento de la paz y la seguridad del Continente, además de los tratados de carácter político y económico, es necesario que las Naciones Americanas armonicen las normas morales de sus sistemas educativos con un conjunto de principios comunes a todas ellas, que estimulen la comprensión y acercamiento de los pueblos americanos e intensifiquen la preparación

de los ciudadanos mediante una sana orientación de la voluntad y la inteligencia hacia el afianzamiento de la paz,

RESUELVE :

Encargar al Consejo Directivo de la Unión Panamericana la elaboración de la Carta Educativa Americana para la Paz y la presentación de la misma, para su consideración y estudio, a la Novena Conferencia Internacional Americana.

XIV

HOMENAJE AL SENADOR VANDENBERG

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente recuerda con gratitud los servicios del honorable Senador Arthur Vandenberg en el Comité de Arreglos Regionales de la Conferencia de San Francisco para obtener la aprobación de la fórmula norteamericana que fué después el artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas, en virtud del cual fué posible realizar el primer tratado que desarrolla el principio de la legítima defensa colectiva y aplaude la cooperación que con alto y comprensivo espíritu ha prestado en la discusión del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca.

XV

HOMENAJE AL MINISTRO RAUL FERNANDES

La Conferencia Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente, al clausurar sus trabajos, expresa su aplauso y reconocimiento al Excelentísimo Señor Raul Fernandes, Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil y Presidente de la Conferencia, cuya alta mentalidad jurídica y relevantes condiciones de hombre de Estado han gravitado beneficiosamente en todas las inspiraciones de la Conferencia y estarán perennemente asociadas al espíritu del Pacto elaborado.

DECLARACIONES

ARGENTINA :

La Delegación Argentina declara que dentro de las aguas adyacentes al Continente sudamericano, en la extensión de costas correspondiente a la República Argentina en la zona llamada de seguridad, no reconoce la existencia de colonias o posesiones de países europeos y agrega que especialmente reserva y mantiene intactos los legítimos títulos y derechos de la República Argentina a las Islas Malvinas, Islas Georgias del Sur, Islas Sandwich del Sur, y tierras incluidas dentro del sector antártico argentino, sobre el cual la República ejerce la correspondiente soberanía.

GUATEMALA :

Guatemala desea hacer constar que no reconoce ningún derecho de soberanía legal a la Gran Bretaña en el Territorio de Belice, llamado Honduras Británica, comprendido dentro de la Zona de Seguridad, y que una vez más hace expresa reserva de sus derechos que se derivan de la cons-

titución de la República, documentos históricos, argumentos jurídicos y principios de equidad oportunamente expuestos a la conciencia universal.

MÉXICO :

Sólo en virtud de que la Delegación de Guatemala ha estimado pertinente formular la declaración anterior, la Delegación de México se ve en la necesidad de reiterar que, en caso de que se produjese un cambio en el *status* de Belice, no podrian dejar de tomarse en cuenta los derechos de México sobre una parte de dicho Territorio, de acuerdo con los antecedentes históricos y jurídicos.

CHILE :

La Delegación de Chile declara que dentro de las aguas adyacentes al Continente sudamericano, en la extensión de costas correspondiente a la República de Chile en la zona llamada de seguridad, no reconocé la existencia de colonias o posesiones de países europeos y agrega que especialmente reserva y mantiene intactos los legítimos títulos y derechos de la República de Chile en las tierras incluídas dentro del sector antártico chileno, sobre el cual la República ejerce la correspondiente soberanía.

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA :

Con relación a las reservas formuladas por otras Delegaciones sobre los territorios situados en la Región delimitada en el Tratado, sus límites y la soberanía ejercida sobre los mismos, la Delegación de los Estados Unidos de América desea definir su posición declarando que el Tratado de Río de Janeiro no tiene efectos sobre la soberanía o sobre el *status* nacional o internacional de cualquiera de los territorios incluídos en la Región delimitada en el artículo 4.º del Tratado.

En testimonio de lo cual, los Plenipotenciarios arriba mencionados firman la presente Acta Final, hecha en español, francés, inglés y portugués, en la ciudad de Río de Janeiro, a los dos días del mes de Septiembre de mil novecientos cuarenta y siete.

El Secretario General depositará el original en los archivos del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil, el que remitirá copias certificadas a los Gobiernos de las Repúblicas Americanas y a la Unión Panamericana.

CONFÉRENCE INTERAMÉRICAINNE POUR LE MAINTIEN DE LA PAIX ET DE LA SÉCURITÉ CONTINENTALES

ACTE FINAL

Les Républiques Américaines, désirant maintenir la paix et la sécurité du Continent, ont décidé, conformément à la Résolution VIII de la Conférence Interaméricaine sur les Problèmes de la Guerre et de la Paix, tenue à Mexico en 1945, de convoquer une Conférence dans le but de donner une forme permanente aux principes contenus dans l'Acte de Chapultepec et ont désigné, à cette fin, les Plénipotentiaires, ci-dessous mentionnés dans l'ordre de préséance établi par le sort, lesquels se sont réunis à Petropolis, État de Rio de Janeiro, du 15 août au 2 septembre 1947:

RÉPUBLIQUE DOMINICAINE :

- Son Excellence Monsieur *Arturo Despradel*, Secrétaire d'État des Relations Extérieures;
- Son Excellence Monsieur *Luis F. Thomen*, Secrétaire d'Hygiène et d'Assistance Publique;
- Son Excellence Monsieur *Tulio M. Cestero*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire au Chili;
- Son Excellence Monsieur *Ricardo Pérez Alfonso*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire au États-Unis du Brésil;
- Son Excellence Monsieur *Roberto Despradel*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire auprès du Saint-Siège;
- Son Excellence Monsieur *Porfirio Herrera Báez*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire en Argentine;
- Son Excellence Monsieur *Joaquín Balaguer*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire à Honduras;
- Son Excellence Monsieur *Emilio Rodríguez Demorizi*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire en Colombie.

GUATEMALA :

- Son Excellence Monsieur *Carlos Leonidas Acevedo*, Ministre des Relations Extérieures, *ad-interim*;
- Son Excellence Monsieur *Ismael González Arévalo*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire au Pérou;
- Son Excellence Monsieur *Francisco Guerra Morales*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
- Son Excellence Monsieur *Manuel Galich*, ancien Ministre de l'Education.

COSTA RICA:

Son Excellence Monsieur *Luis Anderson Morúa*, Ambassadeur en Mission Spéciale;
Son Excellence Monsieur *Máximo Quesada Picado*, Ambassadeur en Mission Spéciale.

PÉROU :

Son Excellence Monsieur *Enrique Garcia Sayán*, Ministre des Relations Extérieures et des Cultes;
Son Excellence Monsieur *Manuel G. Gallagher*, ancien Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Victor Andrés Belaúnde*, Ambassadeur de la République;
Son Excellence Monsieur *Luis Fernán Cisneros*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Hernán C. Bellido*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire à la République Orientale de l'Uruguay.

SALVADOR :

Son Excellence Monsieur *Ernesto Alfonso Núñez*, Sous-Secrétaire des Relations Extérieures et de la Justice;
Son Excellence Monsieur *Guillermo Trigueros*;
Son Excellence Monsieur *Miguel Angel Espino*, ancien Sous-Secrétaire des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Carlos Adalberto Alfaro*, Conseiller d'Ambassade au Mexique.

PANAMA :

Son Excellence Monsieur *Ricardo J. Alfaro*, Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *José Edgardo Lefèvre*, ancien Ministre des Relations Extérieures.

PARAGUAY :

Son Excellence Monsieur *Federico Chavez*, Ministre des Relations Extérieures et des Cultes;
Son Excellence Monsieur *Raúl Sapena Pastor*;
Son Excellence Monsieur *José A. Moreno González*;
Son Excellence Monsieur *José Zacarías Arza*;
Son Excellence Monsieur le Général *Raimundo Rolón*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil.

VÉNÉZUELA :

Son Excellence Monsieur *Carlos Morales*, Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Martin Pérez Guevara*, Représentant à l'Assemblée Nationale;
Son Excellence Monsieur *Desiderio Gómez Mora*, Représentant à l'Assemblée Nationale;
Son Excellence Monsieur *Domingo Alberto Rangel*, Représentant à l'Assemblée Nationale;
Son Excellence Monsieur *M. A. Falcón Briceño*, Ministre Conseiller de l'Ambassade aux États-Unis d'Amérique;
Son Excellence Monsieur *Eduardo Arroyo Lameda*, Délégué du Venezuela à la Commission Juridique Interaméricaine;
Son Excellence Monsieur *Eduardo Plaza A.*, Conseiller du Ministère des Relations Extérieures;

Son Excellence Monsieur *Santiago Pérez Pérez*, Directeur de Politique Internationale du Ministère des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Aureliano Otáñez*, Directeur de Politique Économique du Ministère des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur le Commandant *Luís Felipe Llovera Páez*, Sous-Chef de l'État Major Général;
Son Excellence Monsieur le Commandant *Raúl Castro Gómez*, Directeur de l'École Militaire.

CHILI :

Son Excellence Monsieur *Germán Vergara Donoso*, Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Emilio Edwards Bello*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Enrique Eleodoro Guzmán Figueroa*, Sénateur de la République;
Son Excellence Monsieur *Enrique Cañas Flores*, Membre de la Chambre des Députés;
Son Excellence Monsieur *Antibal Matte Pinto*;
Son Excellence Monsieur *Enrique Bernstein Carabantes*, Directeur du Département Diplomatique du Ministère des Relations Extérieures.

HONDURAS :

Son Excellence Monsieur *Julián R. Cáceres* Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis d'Amérique;
Son Excellence Monsieur *Marco A. Batres*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire au Nicaragua;
Son Excellence Monsieur *Angel C. Hernández*, Ministre de l'Éducation.

CUBA :

Son Excellence Monsieur *Guillermo Bell*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis d'Amérique;
Son Excellence Monsieur *Gabriel Landa*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil.

BOLIVIE :

Son Excellence Monsieur *Luís Fernando Guachalla*, Ministre des Relations Extérieures et des Cultes;
Son Excellence Monsieur *José Gil Soruco*, Président du Sénat;
Son Excellence Monsieur *David Alvéstegui*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Alberto Palacios*, ancien Ministre des Finances;
Son Excellence Monsieur *René Ballivián*, Directeur de la Corporation Bolivienne de Développement National;
Son Excellence Monsieur *Alberto Virreira Paccieri*, Assesseur Général du Ministère des Relations Extérieures.

COLOMBIE :

Son Excellence Monsieur *Domingo Esguerra*, Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Gonzalo Restrepo Jaramillo*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis d'Amérique;

Son Excellence Monsieur l'Ambassadeur *Antonio Rocha*, Président du Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine;
Son Excellence Monsieur l'Ambassadeur *Eduardo Zuleta Angel*, Ministre de l'Éducation Nationale;
Son Excellence Monsieur *Francisco Umaña Bernal*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Juan Uribe Cualla*, Sénateur de la République;
Son Excellence Monsieur *Julio Roberto Salazar Ferro*, Membre du Congrès National;
Son Excellence Monsieur *Augusto Ramírez Moreno*, Membre du Congrès National;
Son Excellence Monsieur *José Joaquín Caicedo Castilla*, Délégué de Colombie au Comité Juridique Interaméricain.

MEXIQUE :

Son Excellence Monsieur *Jaime Torres Bodet*, Secrétaire des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Antonio S. Villalobos*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Roberto Córdova*, Ambassadeur du Mexique;
Son Excellence Monsieur *Pablo Campos Ortiz*, Ambassadeur du Mexique;
Son Excellence Monsieur *José Gorostiza*, Ambassadeur du Mexique;
Son Excellence Monsieur *Donato Miranda Fonseca*, Sénateur de la République;
Son Excellence Monsieur *José López Bermúdez*, Député au Congrès de l'Union.

ÉQUATEUR :

Son Excellence Monsieur *José Vicente Trujillo*, Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Luis Antonio Peñaherrera*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Arturo Borrero Bustamante*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire en Argentine;
Son Excellence Monsieur *Teodoro Alvarado Garaicoa*, Ministre Conseiller.

HAÏTI :

Son Excellence Monsieur *Edmé Th. Manigat*, Secrétaire d'État des Relations Extérieures et des Cultes;
Son Excellence Monsieur *Jacques A. Léger*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire au Venezuela;
Son Excellence Monsieur *Cloris Kernisan*, Conseiller Juridique;
Son Excellence Monsieur le Colonel *Antoine Levelt*, Conseiller Technique.

URUGUAY :

Son Excellence Monsieur *Mateo Marques Castro*, Ministre des Relations Extérieures;
Son Excellence Monsieur *Alberto Domínguez Cámpora*;
Son Excellence Monsieur *Enrique E. Buero*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
Son Excellence Monsieur *Leonel Aguirre*;
Son Excellence Monsieur *Antonio G. Fusco*, Représentant National;
Son Excellence Monsieur *Cyro Giambruno*, Sénateur National;

- Son Excellence Monsieur *Juan F. Guichón*, Sénateur National;
- Son Excellence Monsieur *José A. Mora Otero*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire;
- Son Excellence Monsieur *Dardo Regules*, Sénateur National;
- Son Excellence Monsieur *Gabriel Terra Ilarraz*, Représentant National.

ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE:

- Son Excellence Monsieur *George C. Marshall*, Secrétaire d'Etat;
- Son Excellence Monsieur *William D. Pawley*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
- Son Excellence Monsieur *Arthur H. Vandenberg*, Président du Sénat et de la Commission des Relations Extérieures;
- Son Excellence Monsieur *Tom Connally*, Sénateur et Membre de la Commission des Relations Extérieures;
- Son Excellence Monsieur *Sol Bloom*, Membre de la Chambre des Représentants et de la Commission des Affaires Étrangères;
- Son Excellence Monsieur l'Ambassadeur *Warren R. Austin*, Représentant des États-Unis d'Amérique auprès des Nations Unies.

ARGENTINE :

- Son Excellence Monsieur *Juan Attilio Bramuglia*, Ministre des Relations Extérieures et des Cultes;
- Son Excellence Monsieur *Enrique V. Corominas*, Ambassadeur de la République;
- Son Excellence Monsieur *Oscar Ivanissevich*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis d'Amérique;
- Son Excellence Monsieur *Pascual La Rosa*, Ambassadeur de la République;
- Son Excellence Monsieur le Général *Nicolás C. Accame*, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire aux États-Unis du Brésil;
- Son Excellence Monsieur *Roberto A. Ares*, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire.

BRÉSIL :

- Son Excellence Monsieur *Raul Fernandes*, Ministre d'État des Relations Extérieures.
- Son Excellence Monsieur le Général *Pedro Aurélio de Góes Monteiro*, Sénateur de la République;
- Son Excellence Monsieur l'Ambassadeur *Hildebrando Pompeu Pinto Accioly*, Secrétaire Général du Ministère des Relations Extérieures;
- Son Excellence Monsieur *José Eduardo Prado Kelly*, Député Fédéral;
- Son Excellence Monsieur *Afonso Penna Junior*,
- Son Excellence Monsieur *Levi Carneiro*, Conseiller Juridique du Ministère des Relations Extérieures;
- Son Excellence Monsieur *Edmundo da Luz Pinto*.

L'Union Panaméricaine fut représentée par son Directeur Général, Son Excellence Monsieur Alberto Lleras Camargo.

Son Excellence Monsieur Trygve Halvdan Lie, Secrétaire Général des Nations Unies, reçut une invitation spéciale du Gouvernement brésilien, pour assister à la Conférence. Cette invitation fut ensuite étendue au Secrétaire Général Adjoint de la dite Organisation, Son Excellence Monsieur Benjamin Cohen.

La Séance d'ouverture eut lieu le 15 août, sous la présidence de Son Excellence Monsieur Raul Fernandes, Ministre des Relations Extérieures du Brésil. Son Excellence le Général Eurico Gaspar Dutra, Président de la République des États-Unis du Brésil, prononça le discours de bienvenue aux Délégations.

Son Excellence, Monsieur Jaime Torres Bodet, Secrétaire des Relations Extérieures du Mexique, répondit en leur nom.

A l'occasion de la Séance plénière, qui eut lieu le 16 août 1947, Monsieur Raul Fernandes, fut élu Président de la Conférence, par acclamation.

Le Programme et le Règlement de la Conférence avaient été approuvés par le Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine, le 13 septembre 1945.

Selon le Règlement, le Gouvernement du Brésil désigna, comme Secrétaire Général de la Conférence, Son Excellence l'Ambassadeur Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.

Conformément aux dispositions du Règlement, en plus de la Commission Centrale, composée des Chefs des Délégations et présidée par le Président de la Conférence, furent aussi désignées une Commission pour la vérification des Pleins Pouvoirs et une Commission de Rédaction et de Coordination.

Pour l'élaboration du Traité Interaméricain d'Assistance Mutuelle furent constituées trois autres Commissions, à savoir:

COMMISSION I — Principes, Préambule et Articles Protocolaires;

COMMISSION II — Mesures à prendre en cas de menaces ou d'actes d'agression;

COMMISSION III — Procédures et organes pour l'exécution du Traité.

En conséquence de ses délibérations, la Conférence, en plus du Traité Interaméricain d'Assistance Mutuelle, a aussi approuvé les décisions suivantes:

I

HOMMAGE AU BRÉSIL

Les Républiques Américaines, au moment d'initier les travaux de la Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales, saluent la noble Nation Brésilienne en la personne de son Président, Son Excellence le Général Eurico Gaspar Dutra, qui, interprétant les sentiments de son peuple, a offert une généreuse hospitalité à cette Conférence, destinée à maintenir et à fortifier la solidarité continentale.

II

HOMMAGE À LA MÉMOIRE DES PRÉSIDENTS ROOSEVELT ET BERRETA

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Que la personnalité politique du Président des États-Unis d'Amérique, Franklin Delano Roosevelt, incarna le sentiment continental de coopération et de solidarité, en réalisant, dans les faits et dans la doctrine, la politique du "bon voisinage", qui répond aux aspirations si chères aux citoyens des États Américains;

Que la personnalité politique du Président de l'Uruguay, Tomás Berreta, symbolisa une expression fidèle de l'esprit de la région de La Plata, dévoué à la démocratie et à la défense de ses principes,

DÉCLARE :

Les Républiques Américaines rendent un hommage respectueux à la mémoire des deux Présidents, apôtres de la coopération entre les Nations du Continent.

III

HOMMAGE À MONSIEUR TRYGVE LIE

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales

DÉCLARE :

Qu'elle note avec une satisfaction particulière la présence, à cette réunion, du Secrétaire Générale des Nations Unies, Monsieur Trygve Halvdan Lie, dont le travail dévoué en faveur de l'harmonie internationale correspond aux buts de cette Assemblée, convoquée pour préserver de tout danger l'indépendance et la souveraineté des peuples américains.

IV

PACIFICATION DU PARAGUAY

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Qu'elle ne peut rester indifférente devant la douleur du noble peuple du Paraguay, pays qui, depuis de longs mois, est le théâtre d'une tragédie sanglante, dans une lutte qui affecte les sentiments d'humanité et de solidarité qui l'unissent à tous les peuples frères d'Amérique,

DÉCLARE :

Que, sans avoir l'intention d'intervenir dans les questions intérieures du Paraguay, elle exhorte les combattants à accepter la généreuse offre de médiation, opportunément faite par le Gouvernement du Brésil, conjointement avec les Chancelleries de l'Argentine et de la Bolivie, et avec l'appui d'autres Gouvernements de l'Amérique, dans le but de mettre fin à la lutte qui afflige le peuple frère.

V

HOMMAGE À LA MÉMOIRE DE LEO S. ROWE

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Que Leo S. Rowe a mis au service de la paix, de l'unité et de la solidarité de l'Amérique toute l'étendue de son talent, en de longues années de travail comme Directeur Général de l'Union Panaméricaine,

DÉCIDE :

D'exprimer son profond regret au sujet de la disparition de cet illustre citoyen des Amériques.

VI

HOMMAGE À MONSIEUR LLERAS CAMARGO

Les Gouvernements des Républiques Américaines expriment la satisfaction avec laquelle ils ont accueilli la nomination de Monsieur Alberto Lleras Camargo comme Directeur Général de l'Union Panaméricaine, et sont convaincus que son action, dans l'administration de cette organisation, renforcera l'amitié croissante et la coopération mutuelle entre les Nations Américaines.

VII

L'IDÉAL PANAMÉRICANISTE ET LES NATIONS UNIES

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales

DÉCLARE :

Qu'elle réaffirme sa confiance en les principes de justice, de droit international et en les sentiments de concorde qui régissent les relations entre les États du Continent; elle exprime son désir que ces principes et sentiments servent à unir et harmoniser les efforts, que réalisent les Nations Unies, dans le but de consolider la paix universelle.

VIII

REPRÉSENTATION DES NATIONS UNIES

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Que le Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine, en vertu d'une résolution approuvée en sa séance du 28 juillet 1947, adressa à Monsieur Trygve Lie, Secrétaire Général des Nations Unies une invitation pour assister à cette Conférence;

Que Monsieur Trygve Lie, ayant dû quitter le Brésil peu après l'inauguration de la Conférence, manifesta le désir de s'y faire représenter par Monsieur Benjamin Cohen, Secrétaire Général Adjoint des Nations Unies,

DÉCIDE :

D'étendre à Monsieur Benjamin Cohen l'invitation faite, d'abord, à Monsieur Trygve Lie.

IX

COOPÉRATION ÉCONOMIQUE

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Que la sécurité économique, indispensable au progrès de tous les peuples américains est à tout moment la meilleure garantie de leur sécurité politique et du succès de leur effort commun pour le maintien de la paix continentale,

DÉCIDE :

1. Que le Conseil Interaméricain Économique et Social élabore un projet de convention fondamentale de coopération économique interaméricaine, afin que le texte en soit soumis à la Neuvième Conférence Internationale Américaine, qui aura lieu à Bogotá;

2. Que, dans un tel but, soit élargi le cadre du Conseil Interaméricain Économique et Social, moyennant l'inclusion, par les Gouvernements des Républiques Américaines, parmi leurs Représentants ou Assesseurs, de spécialistes en questions économiques et financières, et

3. Que soit convoquée une conférence spéciale économique, laquelle se tiendra au cours du second semestre de 1948, à la date qui sera indiquée par la Neuvième Conférence Internationale Américaine. L'objet de cette conférence spéciale sera d'étudier les moyens les plus efficaces pour l'exécution de la convention qui aura été signée, et d'examiner toutes méthodes tendant à rendre plus effective la coopération économique interaméricaine.

X

SYSTÈME PACIFIQUE DE SÉCURITÉ

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Que la paix est la réalisation de la justice, fondée sur le plan moral, et avec la garantie du droit,

RECOMMANDE :

Qu'à la Neuvième Conférence Internationale Américaine qui se réalisera prochainement à Bogotá, soient étudiées, en vue de leur approbation, les institutions qui rendent effectif un système pacifique de sécurité, et, parmi elles, l'arbitrage obligatoire pour tout différend qui mette en péril la paix, et qui ne soit pas de nature juridique.

XI

LES ARMEMENTS ET LES OBLIGATIONS CRÉÉES PAR LE TRAITÉ

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales

DÉCLARE :

Que son but primordial, ainsi que celui du Traité qu'elle a conclu, est d'affirmer la paix et la sécurité du Continent, et qu'en conséquence, aucune disposition du Traité, aucune des obligations qu'il crée, ne doivent être interprétées dans un sens justifiant des armements excessifs, ni ne peuvent être invoquées comme raison pour la création ou le maintien d'armements ou de forces armées, au delà de ceux nécessaires pour la défense commune, dans l'intérêt de la paix et de la sécurité.

XII

PRÉAMBULE DU PACTE CONSTITUTIF DU SYSTÈME INTERAMÉRICAIN

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales

RECOMMANDE :

Que la Neuvième Conférence Internationale Américaine en rédigeant le Préambule du Pacte Constitutif du Système Interaméricain, tienne compte des considérants suivants proposés par la Délégation du Pérou et ainsi formulés:

“Les Hautes Parties Contractantes, en représentation de leurs peuples;

“S'efforçant de continuer à encourager la marche pacifique de leurs peuples jusqu'à la rédemption totale du Continent, par la réalisation constante de la coopération compréhensive, loyale et dénuée de toute intention de domination;

“Inspirées d'une volonté sans réserve de vivre en paix, afin de pouvoir dignifier la vie et l'effort de l'homme américain et l'orienter vers l'empire du bien et de la morale, et vers la satisfaction inéluctable de son droit primordial à la sérénité et au bien-être;

“Attentives à la nécessité de garantir une défense absolue solidaire du patrimoine de liberté, de l'indépendance, de la démocratie, du droit et des biens matériels accumulés dans le Continent par l'oeuvre du génie et de l'effort de ses enfants;

“Ayant Conscience de ce que ces prévisions de défense auront à respecter, par un effet du propre amour à la paix, les limites strictes du nécessaire et de l'avantageux, sans troubler l'inspiration fondamentale de l'édification juridique américaine, et sans contrarier l'aspiration pacifiste unanime que cette édification consacre”...

XIII

CHARTRE ÉDUCATIONELLE AMÉRICAINNE POUR LA PAIX

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales,

CONSIDÉRANT :

Que la Constitution de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture établit dans ses considérants le postulat suivant, savoir: que la guerre commence dans

l'esprit des hommes; que c'est donc dans l'esprit des hommes qu'on doit créer les défenses de la paix, et que la dite Organisation a pour but de contribuer à la paix et à la sécurité internationales par la collaboration entre les nations, en employant l'éducation, les sciences et la culture, en favorisant le respect universel pour la justice, la puissance de la loi, les droits de l'homme et les libertés fondamentales;

Que la Conférence Interaméricaine sur les Problèmes de la Guerre et de la Paix, dans la Résolution XXIX, considère que la paix ne peut point se baser uniquement sur des mesures d'ordre politique et économique; que le Système Interaméricain ne peut pas se développer et se fortifier tandis que les citoyens des diverses Républiques de ce Continent ne sont pas parfaitement imbus des principes de la paix, de la justice, de l'égalité entre les États et entre les individus, et que la Déclaration de Mexico a consacré le principe que l'éducation et le bien-être matériel sont indispensables au développement de la démocratie;

Que pour le maintien de la paix et de la sécurité du Continent, en plus des traités de caractère politique et économique, il faut que les Nations Américaines établissent entre elles des systèmes harmonieux d'éducation et des principes qui leur soient communs et stimulent la compréhension et le rapprochement des peuples américains, favorisant la préparation des citoyens grâce à une orientation saine de la volonté et de l'intelligence afin de garantir la paix,

DÉCIDE :

De charger le Conseil de Direction de l'Union Panaméricaine de l'élaboration de la Charte Educationnelle Américaine pour la Paix, et d'en présenter le texte pour sa considération et son étude, à la Neuvième Conférence Internationale Américaine.

XIV

HOMMAGE AU SÉNATEUR VANDENBERG

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales se souvient avec reconnaissance des services rendus par l'Honorable Sénateur Arthur Vandenberg au Comité des Accords Régionaux de la Conférence de San Francisco, quant à l'approbation de la formule américaine devenue l'Article 51 de la Charte des Nations Unies, et ce qui a permis la conclusion du premier traité qui développe le principe de la légitime défense collective; et applaudit la coopération que, avec un esprit élevé et compréhensif, il a prêté à la discussion du Traité Interaméricain d'Assistance Mutuelle.

XV

HOMMAGE AU MINISTRE RAUL FERNANDES

La Conférence Interaméricaine pour le Maintien de la Paix et de la Sécurité Continentales, en concluant ses travaux, exprime un voeu d'applaudissement et de reconnaissance à Son Excellence Monsieur Raul Fernandes, Ministre des Relations Extérieures du Brésil et Président de la Conférence, dont la haute mentalité juridique et les remarquables conditions d'homme d'État ont influencé avantageusement toutes les inspirations de la Conférence et seront pour toujours associées à l'esprit du Pacte élaboré.

D É C L A R A T I O N S

ARGENTINE :

La Délégation Argentine déclare que, dans les limites des eaux adjacentes au Continent sudaméricain, et dans l'extension de côtes correspondant à la République Argentine, en la zone dénommée de sécurité, elle ne reconnaît pas l'existence de colonies ou possessions de pays européens et ajoute que, spécialement, elle réserve et conserve intacts les titres légitimes et les droits de la République Argentine aux Îles Malvinas, Îles Géorgies du Sud, Îles Sandwich du Sud et terres comprises à l'intérieur de la région antarctique argentine sur lesquelles la République exerce la souveraineté correspondante.

GUATEMALA :

Le Guatemala désire faire noter qu'il ne reconnaît à la Grande Bretagne, aucun droit de souveraineté légale sur le territoire de Belize, dénommé Honduras Britannique, compris dans la Zone de Sécurité, et qu'une fois de plus, il fait une réserve particulière de ses droits, qui découlent de la Constitution de la République, de documents historiques, d'arguments juridiques, et de principes d'équité opportunément exposés à la conscience universelle.

MEXIQUE :

Seulement en vertu du fait que la Délégation du Guatemala a estimé pertinent de formuler la déclaration antérieure, la Délégation du Mexique se voit dans la nécessité de réitérer qu'au cas où se produirait un changement dans le statut de Belize, il serait impossible de ne pas tenir compte des droits du Mexique sur une partie du dit territoire, cela, conformément aux antécédents historiques et juridiques.

CHILI :

La Délégation du Chili déclare que, dans la limite des eaux adjacentes au Continent sudaméricain, en l'extension de côtes correspondant à la République du Chili, en la zone dénommée de sécurité, elle ne reconnaît pas l'existence de colonies ou possessions de pays européens et, ajoute que, spécialement, elle conserve intacts les titres légitimes et les droits de la République du Chili aux terres comprises à l'intérieur de la région antarctique chilienne, sur lesquelles la République exerce la souveraineté correspondante.

ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE:

En se référant aux réserves faites par d'autres délégations, au sujet des territoires situés dans la région déterminée par le Traité, des limites et de la souveraineté exercée sur lesdits territoires, la Délégation des États-Unis d'Amérique désire préciser sa position, à savoir: que le Traité de Rio de Janeiro n'a pas d'effets sur la souveraineté ou sur le statut national ou international de l'un ou l'autre des territoires compris dans la région déterminée à l'Article 4 du Traité.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires mentionnés ci-dessus signent le présent Acte Final, rédigé en français, anglais, espagnol et portugais, à la ville de Rio de Janeiro, le deux septembre mil neuf cent quarante sept. Le Secrétaire Général déposera l'original dans les archives du Ministère des Relations Extérieures du Brésil, lequel en enverra des copies certifiées aux Gouvernements des Républiques Américaines et à l'Union Panaméricaine.

INTER-AMERICAN CONFERENCE FOR THE MAINTENANCE OF CONTINENTAL PEACE AND SECURITY

FINAL ACT

The American Republics, desirous of maintaining the peace and security of the Continent, decided in accordance with Resolution VIII of the Inter-American Conference on Problems of War and Peace, which met at Mexico City in 1945, to hold a Conference to give permanent form to the principles contained in the Act of Chapultepec, and for that purpose designated the Plenipotentiaries listed below, in the order of precedence determined by lot, who met in Petropolis, State of Rio de Janeiro, from August 15 to September 2, 1947:

DOMINICAN REPUBLIC :

- His Excellency *Arturo Despradel*, Secretary of State for Foreign Affairs;
- His Excellency *Luis F. Thomen*, Secretary of Health and Public Welfare;
- His Excellency *Tulio M. Cestero*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to Chile,
- His Excellency *Ricardo Pérez Alfonseca*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Roberto Despradel*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the Holy See;
- His Excellency *Porfirio Herrera Báez*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the Argentine Republic;
- His Excellency *Joaquín Balaguer*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to Honduras;
- His Excellency *Emilio Rodríguez Demorizi*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Colombia.

GUATEMALA :

- His Excellency *Carlos Leonidas Acevedo*, Acting Minister of Foreign Affairs;
- His Excellency *Ismael González Arévalo*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Peru;
- His Excellency *Francisco Guerra Morales*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Manuel Galich*, Former Minister of Education.

COSTA RICA :

His Excellency *Luis Anderson Morúa*, Ambassador on Special Mission;
His Excellency *Máximo Quesada Picado*, Ambassador on Special Mission.

PERU :

His Excellency *Enrique García Sayán*, Minister of Foreign Affairs and Worship;
His Excellency *Manuel G. Gallagher*, Former Minister of Foreign Affairs and Worship;
His Excellency *Víctor Andrés Belaúnde*, Ambassador of the Republic;
His Excellency *Luis Fernán Cisneros*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
His Excellency *Hernán C. Bellido*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the Oriental Republic of Uruguay.

EL SALVADOR :

His Excellency *Ernesto Alfonso Núñez*, Under Secretary of Foreign Affairs and Justice;
His Excellency *Guillermo Trigueros*;
His Excellency *Miguel Angel Espino*, Former Under Secretary of Foreign Affairs;
His Excellency *Carlos Adalberto Alfaro*, Counsellor to the Embassy in Mexico.

PANAMA :

His Excellency *Ricardo J. Alfaro*, Minister of Foreign Affairs;
His Excellency *José Edgardo Lefèvre*, Former Minister of Foreign Affairs.

PARAGUAY :

His Excellency *Federico Chavez*, Minister of Foreign Affairs and Worship;
His Excellency *Raúl Sapena Pastor*;
His Excellency *José A. Moreno González*;
His Excellency *José Zacarías Arza*;
His Excellency General *Raimundo Rolón*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil.

VENEZUELA :

His Excellency *Carlos Morales*, Minister of Foreign Affairs;
His Excellency *Martín Pérez Guevara*, Representative in the National Assembly;
His Excellency *Desiderio Gómez Mora*, Representative in the National Assembly;
His Excellency *Domingo Alberto Rangel*, Representative in the National Assembly;
His Excellency *M. A. Falcón Briceño*, Minister Counsellor of the Embassy in the United States of America;
His Excellency *Eduardo Arroyo Lameda*, Delegate of Venezuela to the Inter-American Juridical Committee;
His Excellency *Eduardo Plaza A.*, Adviser of the Ministry of Foreign Affairs;
His Excellency *Santiago Pérez Pérez*, Director of International Policy of the Ministry of Foreign Affairs;
His Excellency *Aureliano Otáñez*, Director of Political Economy of the Ministry of Foreign Affairs;
His Excellency Major *Luis Felipe Llovera Páez*, Deputy Chief of the General Staff;
His Excellency Major *Raúl Castro Gómez*, Director of the Military Academy.

CHILE :

- His Excellency *Germán Vergara Donoso*, Minister of Foreign Affairs;
- His Excellency *Emilio Edwards Bello*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Enrique Eleodoro Guzmán Figueroa*, Senator of the Republic;
- His Excellency *Enrique Cañas Flores*, Member of the Chamber of Deputies;
- His Excellency *Anibal Matte Pinto*;
- His Excellency *Enrique Bernstein Carabantes*, Director of the Diplomatic Department of the Ministry of Foreign Affairs.

HONDURAS :

- His Excellency *Julián R. Cáceres*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of America;
- His Excellency *Marco A. Batres*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Nicaragua;
- His Excellency *Angel C. Hernández*, Minister of Education.

CUBA :

- His Excellency *Guillermo Belt*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of America;
- His Excellency *Gabriel Landa*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil.

BOLIVIA :

- His Excellency *Luis Fernando Guachalla*, Minister of Foreign Affairs and Worship;
- His Excellency *José Gil Soruco*, President of the Senate;
- His Excellency *David Alvéstegui*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Alberto Palacios*, Former Minister of Finance;
- His Excellency *René Ballivián*, Director of the Bolivian Corporation of National Development;
- His Excellency *Alberto Virreira Paccieri*, General Adviser of the Ministry of Foreign Affairs.

COLOMBIA :

- His Excellency *Domingo Esguerra*, Minister of Foreign Affairs;
- His Excellency *Gonzalo Restrepo Jaramillo*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of America;
- His Excellency *Antonio Rocha*, Ambassador, Chairman of the Governing Board of the Pan American Union;
- His Excellency *Eduardo Zuleta Angel*, Ambassador, Minister of National Education;
- His Excellency *Francisco Umaña Bernal*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Juan Uribe Cualla*, Senator of the Republic;
- His Excellency *Julio Roberto Salazar Ferro*, Member of the National Congress;
- His Excellency *Augusto Ramírez Moreno*, Member of the National Congress;
- His Excellency *José Joaquín Caicedo Castilla*, Columbian Delegate to the Inter-American Juridical Committee.

MEXICO :

- His Excellency *Jaime Torres Bodet*, Secretary of Foreign Affairs;
- His Excellency *Antonio S. Villalobos*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Roberto Córdova*, Ambassador of Mexico;
- His Excellency *Pablo Campos Ortíz*, Ambassador of Mexico;
- His Excellency *José Gorostiza*, Ambassador of Mexico;
- His Excellency *Donato Miranda Fonseca*, Senator of the Republic;
- His Excellency *José López Bermúdez*, Deputy to the National Congress.

ECUADOR :

- His Excellency *José Vicente Trujillo*, Minister of Foreign Affairs;
- His Excellency *Luis Antonio Peñaherrera*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Arturo Borrero Bustamante*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the Argentine Republic;
- His Excellency *Teodoro Alvarado Garaicoa*, Minister Counsellor.

HAITI :

- His Excellency *Edmé Th. Manigat*, Secretary of State for Foreign Affairs and Worship;
- His Excellency *Jacques A. Léger*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to Venezuela;
- His Excellency *Clovis Kernisan*, Legal Advisor;
- His Excellency Colonel *Antoine Levelt*, Technical Advisor.

URUGUAY :

- His Excellency *Mateo Marques Castro*, Minister of Foreign Affairs;
- His Excellency *Alberto Domínguez Cámpora*;
- His Excellency *Enrique E. Buero*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Leonel Aguirre*;
- His Excellency *Antonio G. Fusco*, National Representative;
- His Excellency *Cyro Giambruno*, National Senator;
- His Excellency *Juan F. Guichón*, National Senator;
- His Excellency *José A. Mora Otero*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary;
- His Excellency *Dardo Regules*, National Senator;
- His Excellency *Gabriel Terra Ilarraz*, National Representative.

UNITED STATES OF AMERICA :

- The Honorable *George C. Marshall*, Secretary of State;
- The Honorable *William D. Pawley*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- The Honorable *Arthur H. Vandenberg*, President of the United States Senate, and Chairman, Committee on Foreign Relations;
- The Honorable *Tom Connally*, United States Senate, Member, Committee on Foreign Relations;
- The Honorable *Sol Bloom*, House of Representatives, Member, Committee on Foreign Affairs;
- The Honorable *Warren R. Austin*, Ambassador, United States Representative to the United Nations.

ARGENTINA :

- His Excellency *Juan Atilio Bramuglia*, Minister of Foreign Affairs and Worship;
- His Excellency *Enrique V. Corominas*, Ambassador of the Republic;
- His Excellency *Oscar Ivanissevich*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of America;
- His Excellency *Pascual La Rosa*, Ambassador of the Republic;
- His Excellency General *Nicolás C. Accame*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to the United States of Brazil;
- His Excellency *Roberto A. Ares*, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary.

BRAZIL :

- His Excellency *Raul Fernandes*, Minister of State for Foreign Affairs;
- His Excellency General *Pedro Aurélio de Góes Monteiro*, Senator of the Republic;
- His Excellency Ambassador *Hildebrando Pompeu Pinto Accioly*, Secretary General of the Ministry of Foreign Affairs;
- His Excellency *José Eduardo Prado Kelly*, Federal Deputy;
- His Excellency *Affonso Penna Júnior*;
- His Excellency *Levi Carneiro*, Legal Adviser of the Ministry of Foreign Affairs;
- His Excellency *Edmundo da Luz Pinto*.

The Pan American Union was represented by its Director General, Mr. Alberto Lleras Camargo.

Mr. Trygve Halvdan Lie, Secretary General of the United Nations, was specially invited by the Brazilian Government to attend the Conference. This invitation was later extended by the Conference to Mr. Benjamin Cohen, Assistant Secretary General of that Organization.

The inaugural Session was held on August 15 under the chairmanship of His Excellency Raul Fernandes, Minister of State for Foreign Affairs of Brazil. His Excellency General Eurico Gaspar Dutra, President of the Republic of the United States of Brazil, delivered an address of welcome to the Delegations.

His Excellency Jaime Torres Bodet, Secretary of Foreign Affairs of Mexico, replied on their behalf.

In the plenary Session held on August 16, His Excellency Raul Fernandes was elected by acclamation President of the Conference.

The Program and the Regulations of the Conference had been approved by the Governing Board of the Pan American Union on September 13, 1945.

In accordance with the Regulations, the Government of Brazil appointed His Excellency Ambassador Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior, Secretary General of the Conference.

In conformity with the Regulations, a Credentials Committee and a Coordination and Drafting Committee were appointed, in addition to the Central Committee, which was composed of the Heads of the Delegations and presided over by the President of the Conference.

The following three committees were appointed to draft the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance :

- COMMITTEE I — Principles, Preamble and Protocolary Articles;
- COMMITTEE II — Measures to be taken in the case of threats or acts of aggression;
- COMMITTEE III — Procedures and agencies for the execution of the Treaty.

As a result of its deliberations, the Conference approved the following resolutions in addition to the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance :

I

TRIBUTE TO BRAZIL

The American Republics, on initiating the work of the Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security, greet the noble Nation of Brazil, in the person of its President, His Excellency General Eurico Gaspar Dutra, who, interpreting the sentiments of his people, offered generous hospitality to this Conference which is destined to continue and strengthen continental solidarity.

II

TRIBUTE TO THE MEMORY OF PRESIDENTS ROOSEVELT AND BERRETA

WHEREAS :

The political figure of the President of the United States of America, Franklin Delano Roosevelt, personified the continental sentiment of cooperation and solidarity and carried out in practice as well as in theory the "Good Neighbor" policy, cherished by the citizens of the American States;

The political figure of the President of the Oriental Republic of Uruguay, Tomás Berreta, symbolized a faithful expression of the spirit of the region of the River Plate, devoted to democracy and defender of its principles,

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

DECLARES :

That the American Republics render respectful tribute to the memory of the two Presidents, who were champions of cooperation among the Nations of the Continent.

III

TRIBUTE TO MR. TRYGVE LIE

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

DECLARES :

That it notes with special satisfaction the presence of Mr. Trygve Halvdan Lie, Secretary General of the United Nations, whose effective work on behalf of international understanding coincides with the objectives of this Assembly, which was called to preserve from all danger the independence and sovereignty of the American Nations.

IV

RESTORATION OF PEACE IN PARAGUAY

WHEREAS :

This Conference cannot remain indifferent to the struggles of the noble Paraguayan people who for many months have suffered the tragedy of a conflict which affects the humanitarian feelings and the solidarity uniting all the American Nations,

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

DECLARES :

That, without any intention of intervening in the internal affairs of Paraguay, it urges the contending parties to accept the generous offer of mediation, opportunely extended by the Government of Brazil, together with the Foreign Offices of Argentina and Bolivia and with the support of other Governments of America, in order to put an end to the struggle which afflicts this sister Republic.

V

TRIBUTE TO THE MEMORY OF LEO S. ROWE

WHEREAS :

Leo S. Rowe placed all the wealth of his talents at the service of the peace, unity and solidarity of America in his long years of work as Director General of the Pan American Union, The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

RESOLVES :

To express its deep regret over the death of this illustrious citizen of the Americas.

VI

TRIBUTE TO MR. ALBERTO LLERAS CAMARGO

The Governments of the American Republics express their pleasure at the appointment of Mr. Alberto Lleras Camargo as Director General of the Pan American Union and are certain that his work at the head of this Organization will strengthen the growing friendship and mutual cooperation among the American Nations.

VII

THE PANAMERICAN IDEAL AND THE UNITED NATIONS

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

DECLARES :

That it reiterates its confidence in the principles of justice and international law and in the sentiments of concord which govern relations among the states of the Continent and expresses the hope that these principles and sentiments may help to unite and coordinate the efforts which the United Nations is making to strengthen universal peace.

VIII

REPRESENTATION OF THE UNITED NATIONS

WHEREAS :

The Governing Board of the Pan American Union, in accordance with the resolution approved at its session of July 28, 1947, invited the Secretary General of the United Nations, Mr. Trygve Lie, to attend this Conference;

Mr. Trygve Lie had to leave Brazil soon after the opening of the Conference and expressed the wish that he be represented by the Assistant Secretary General of the United Nations, Mr. Benjamin Cohen,

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

RESOLVES :

To extend to Mr. Benjamin Cohen the invitation which originally was sent to Mr. Trygve Lie.

IX

ECONOMIC COOPERATION

WHEREAS :

Economic security which is indispensable for the progress of all the American peoples is, at all times, the best guarantee of political security and of the success of their joint efforts for the maintenance of Continental peace,

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

RESOLVES :

1. That the Inter-American Economic and Social Council prepare a basic draft agreement on inter-american economic cooperation, in order that the text be submitted to the Ninth International Conference of American States to be held at Bogota.

2. That, for this purpose, the Governments of the American Republics designate to the Inter-American Economic and Social Council, in addition to their representatives or advisers, specialists in economic and financial affairs, and

3. That a special economic conference be called during the last half of 1948, on the date which shall be fixed by the Ninth International Conference of American States. The purpose of this special conference shall be to consider the best procedures for carrying out the agreement which may have been concluded and to examine any measures which tend to make inter-American economic cooperation more effective.

X

PACIFIC SYSTEM OF SECURITY

WHEREAS :

Peace is the realization of justice based on moral order and guaranteed by law,

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

RECOMMENDS :

That at the Ninth International Conference of American States to be held shortly at Bogota, there be studied with a view to approval, institutions which may give effectiveness to a pacific system of security and among them compulsory arbitration for any dispute which may endanger peace and which is not of a juridical nature.

XI

ARMAMENTS AND THE OBLIGATIONS CREATED UNDER THE TREATY

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

DECLARES :

That its primary purpose as well as that of the Treaty which it has concluded is to assure the peace and security of the Continent and, consequently, that no stipulation of the Treaty nor any of the obligations created under it should be interpreted as justifying excessive armaments or may be invoked as a reason for the creation or maintenance of armaments or armed forces beyond those required for common defense in the interest of peace and security.

XII

PREAMBLE OF THE ORGANIC PACT OF THE INTER-AMERICAN SYSTEM

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

RECOMMENDS :

That the Ninth International Conference of American States, in drafting the Preamble of the Organic Pact of the Inter-American System, consider the following *consideranda* proposed by the Delegation of Peru:

“The High Contracting Parties, representing their peoples;

“Determined to continue encouraging the peaceful advance of their peoples toward the complete redemption of the Continent through the constant practice of loyal and understanding cooperation, free of all ambitions of power;

“Inspired by an unqualified desire to live in peace in order to dignify the life labors of the American man through the prevalence of goodness and morality and through the indispensable fulfillment of his fundamental right to tranquillity and well-being;

“Aware of the necessity for providing a complete and unified defense of the liberty, independence, democracy, law and the material goods accumulated within the Continent by the genius and labor of its sons;

“Conscious that the provisions for defense must respect, as a natural corollary of love of peace, the strict requirements of what is necessary and appropriate to the objective, without prejudicing the fundamental principle of the American juridical structure and without contradicting the unanimous desire for peace to which this structure is dedicated”...

XIII

AMERICAN EDUCATIONAL CHARTER FOR PEACE

WHEREAS :

The Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization establishes in its introductory clauses the following postulate: that since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the bulwarks of peace should be erected, and that this Organization has the purpose of contributing to international peace and security through collaboration among the nations by means of education, science and culture, strengthening universal respect for justice, the rule of law, human rights and fundamental liberties;

The Inter-American Conference on Problems of War and Peace, in its Resolution XXIX considers that peace cannot rest exclusively on political and economic measures; that the Inter-American System cannot develop and be strengthened as long as the citizens of the different Republics of this Continent are not profoundly imbued with the principles of peace, justice and equality among States and individuals, and that the Declaration of Mexico consecrates the principle that education and material well-being are indispensable to the development of democracy;

For the maintenance of the peace and security of the Continent, in addition to treaties of a political and economic character, it is necessary for the American Nations to harmonize the moral standards of their educational systems with a set of principles common to all, to promote understanding and closer relations among the American peoples and to intensify the training of citizens through a sound orientation of the will and intelligence toward the strengthening of peace,

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security

RESOLVES :

To entrust the formulation of the American Educational Charter for Peace to the Governing Board of the Pan-American Union for presentation to the Ninth International Conference of American states for consideration and study.

XIV

TRIBUTE TO SENATOR VANDENBERG

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security recalls with gratitude the services rendered by Senator Arthur Vandenberg in the Committee on Regional Arrangements of the Conference of San Francisco in obtaining approval of the United States proposal, which later became Article 51 of the Charter of the United Nations, by virtue of which it has been possible to conclude the first treaty which develops the principle of collective self-defense, and it applauds the cooperation which in a lofty and comprehensive spirit he has given in the discussion of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance.

XV

TRIBUTE TO MINISTER RAUL FERNANDES

The Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security, at the close of its labors, expresses its applause and recognition to His Excellency Raul Fernandes, Minister for Foreign Affairs of Brazil and President of the Conference, whose high juridical culture and outstanding statesmanship have beneficially influenced all initiatives of the Conference and forever will be associated with the spirit of the Pact which has been concluded.

S T A T E M E N T S

ARGENTINA :

The Argentine Delegation declares that within the waters adjacent to the South American Continent, along the coasts belonging to the Argentine Republic in the Security Zone, it does not recognize the existence of colonies or possessions of European countries and it adds that it especially reserves and maintains intact the legitimate titles and rights of the Argentine Republic to the Falkland (Malvinas) Islands, the South Georgia Islands, the South Sandwich Islands, and the lands included in the Argentine Antarctic sector, over which the Republic exercises the corresponding sovereignty.

GUATEMALA :

Guatemala wishes to place on record that it does not recognize any right of legal sovereignty of Great Britain over the Territory of Belice, called British Honduras, included in the Security Zone, and that once again, it expressly reserves its rights, which are derived from the Constitution of the Republic, historical documents, juridical arguments and principles of equity which have on appropriate occasions been laid before the universal conscience.

MEXICO :

Only because the Delegation of Guatemala has seen fit to make the preceding declaration, the Delegation of Mexico finds it necessary to reiterate that, in case there should occur a change in the status of Belice, there cannot fail to be taken into account the rights of Mexico to a part of the said territory, in accordance with historical and juridical precedents.

CHILE :

The Delegation of Chile declares that, within the waters adjacent to the South American Continent, in the extension of coast belonging to the Republic of Chile, comprised within the Security Zone, it does not recognize the existence of colonies or possessions of European countries and it adds that it especially reserves and maintains intact the legitimate title and rights of the Republic of Chile to the lands included in the Chilean Antarctic zone, over which the Republic exercises the corresponding sovereignty.

UNITED STATES OF AMERICA :

With reference to the reservations made by other Delegations concerning territories located within the region defined in the Treaty, their boundaries, and questions of sovereignty over them, the Delegation of the United States of America wishes to record its position that the Treaty of Rio de Janeiro has no effect upon the sovereignty, national or international status of any of the territories included in the region defined in Article 4 of the Treaty.

In witness whereof, the Plenipotentiaries listed above sign the present Final Act, in the English, French, Portuguese and Spanish languages, in the city of Rio de Janeiro, on the second of September nineteen hundred forty-seven. The Secretary General shall deposit the original in the archives of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil, which will send certified copies to the Governments of the American Republics and to the Pan American Union.

POR LA REPÚBLICA DOMINICANA:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Julio M. Latorre

^{R. P. 1947 - 1948}
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

POR GUATEMALA:

J. Guzmán

y *González Arévalo*

Francisco Guzmán

M. J. Gallo

POR COSTA RICA:

Luis Anderson
Manuel Soto

POR PERÚ:

R. J. ...

Mant. L. ...

A. Beland

...

L. b. ...

POR EL SALVADOR:

Ernesto ...

Alfaro

b. Trigueros

M. A. Espino

POR PANAMÁ:

J. E. Sepore

R. J. Defard

POR PARAGUAY:

Federico Gómez

Raisapumsast

William J. J. J.

W. J. J.

POR VENEZUELA:

Caracas

H. C. ...

Marietta

E. Mayo ...

Eduardo ...

Santiago ...

...

H. F. ...

Caracas

POR CHILE:

...

...

...

...

...

...

POR HONDURAS:

Julian R. Caceres

Angel MA. Masin de
M. G. Dantes

POR CUBA:

Enno Bell
Ga. Lauder

POR BOLIVIA:

Amir Barahall
Joni Gil

David Whiting

Armedo Caceres

POR COLOMBIA:

Domingo Esquerre

Gonzalo Restrepo Jaramillo

Antonio Rocha

Carlos Lulite

Juanes Uruate Bernal

Juan Uruate

Miguel Restrepo & C

subro int.

Joni Jorqui Rained. Raula

POR MÉXICO:

~~J. J. ...~~
~~...~~
~~...~~
 Banco for ...
 Louis ...
 J. Liff ...

POUR L'HAÏTI:

~~...~~ ~~...~~
 J. ... ~~...~~

POR URUGUAY:

Mateu Wainpich

Elves

Duroby ineiff

Antonio Justo Busco

Spicenthus
Juan F. Guisasa

Juic. una steu

John Tuma

FOR THE UNITED STATES OF AMERICA:

~~John Tuma~~

Antonio H. Vandenberg

John Crinaly

Warren R. Austin

John Blodgett

William D. Amey

POR ARGENTINA:

Juan Manuel Rosas
Buenos Aires

Nicholas...

...

PELO BRASIL:

Rene...

...

...

CERTIFICO que a presente é cópia fiel do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e da Ata Final da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, assinados no Rio de Janeiro, aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e sete.

Luis de Faro Junior

EMBAIXADOR LUIZ PEREIRA FERREIRA DE FARO JUNIOR

Secretário Geral da Conferência Interamericana para a
Manutenção da Paz e da Segurança no Continente.



Lima, 4 de agosto de 1950.

Pase al Congreso para los efectos de la atribución que le confiere el inciso 21, del artículo 123 de la Constitución Política de la República.

Muller

Manuel B. Gallardo

Ratificado por el Congreso Nacional del Perú, en la sesión celebrada el día de hoy viernes veintinueve de setiembre de mil novecientos cincuenta.

Primer

Eludico Ferrnández Boncha
Presidente del Congreso.



Luis Enrique Galván
Secretario del Congreso.

Manuel B. Gallardo
Secretario del Congreso.

